

(IN)SEGURANÇA PROFISSIONAL E (IN)SEGURANÇA PÚBLICA

Maria Cecília de Souza Minayo¹
Edinilsa Ramos de Souza
Patrícia Constantino
Simone Gonçalves de Assis
Raquel Vasconcellos Carvalhaes de Oliveira

INTRODUÇÃO

Neste trabalho apresentamos a síntese de um estudo comparativo entre a Polícia Civil e a Polícia Militar do Estado do RJ quanto à concepção e à administração individual e coletiva dos riscos profissionais, de segurança pessoal e de saúde ocupacional no exercício da Segurança Pública. Ele é fruto de uma pesquisa empírica de cunho quantitativo e qualitativo realizada no ano de 2005 (Minayo et al, 2005), financiada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública

Os principais objetivos da investigação foram (a) produzir informações estratégicas; (b) capazes de subsidiar ações dos profissionais, da Corporação e de seus gestores, (c) visando à adequação dessas Instituições às necessidades atuais da segurança pública.

As informações aqui apresentadas fazem parte de um conjunto de resultados muito mais amplos e completos sobre: (1) organização funcional da Polícia Militar e da Polícia Civil do Rio de Janeiro desde sua origem, suas transformações, sua inserção no cenário internacional e sua configuração atual; (2) ampla descrição metodológica do trabalho, o que permite a sua replicação para qualquer um dos estados brasileiros; (3) perfil sócio-demográfico dos policiais; (4) suas condições de trabalho, de saúde e de qualidade de vida e (5) conclusões ressaltando pontos estratégicos para a ação política e programática (Minayo et al, 2005).

O estudo de 2005 teve origem em indagações levantadas em pesquisa anterior (Minayo; Souza, 2003), por isso, constituiu uma continuidade de reflexão sobre condições de trabalho, saúde e vida das Corporações voltadas à Segurança Pública.

A hipótese que orientou a análise comparativa é de que encontraríamos uma situação mais exacerbada de riscos pessoais e coletivos no exercício profissional entre os policiais operacionais, sobretudo entre os Policiais Militares, tendo em vista a sua exposição ostensiva no processo de trabalho de segurança pública.

Os conceitos centrais do trabalho são risco, segurança, trabalho, saúde e qualidade de vida. Os dois primeiros dizem respeito à condição intrínseca à profissão de policial. A instituição policial se destaca na sociedade brasileira, pelo seu papel estabelecido no art. 144 do Capítulo III da Constituição Federal que trata da Segurança Pública. A polícia civil tem uma função judiciária (§ 4º. art.144) e à polícia militar cabe o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública (§ 5º, art.144), ambas

¹ Agradecemos a colaboração do técnico de informática Marcelo Cunha Pereira, e o apoio administrativo de Marcelo da Silva Motta e de Jerônimo Rufino dos Santos Junior.

em nível estadual. Historicamente, as corporações policiais fazem parte do Estado Moderno que toma para si o monopólio da violência como referem Foucault (1989), Santos (1997), (Holloway, 1997), dentre outros. Podemos dizer que em todas as duas corporações subsiste um “mito de origem” comum que se caracteriza pela missão de preservação da ordem pública, como um dos pilares da defesa da sociedade.

Autores como Santos (1997), Bretas (1997) e Kahn (1997) analisam as similitudes dos vários tipos de polícia no mundo e especificam seu papel nos países periféricos. Mostram que nos últimos, os policiais tendem a exceder a seu poder, a agir com truculência, a privilegiar as classes dominantes, acrescentando, à sua missão constitucional, uma terceira dimensão de ordem axial e atitudinal que as tornam autoras de várias formas de violência ilegítima, sobretudo contra os pobres e o povo em geral. Lima & Lima em *A História da Polícia do Rio de Janeiro* (1942) e Thomas Holloway (1997) em *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*, aprofundam o tipo de caracterização citada, analisando a conformação estrutural da Polícia no Estado.

Pretendemos mostrar que, a combinação de vários ingredientes das respectivas culturas corporativas com as especificidades da sociedade “pós-moderna”², inclusive dentro de uma visão de “sociedade de risco” (Giddens, 2002) tornou a visão de segurança pessoal no mundo atual, muito mais problemática para todos, preferencialmente para os policiais. Resumimos a seguir, os conceitos referenciais deste estudo e a abordagem metodológica adotada.

(1) Trabalho, condições de trabalho e processo de trabalho – *Trabalho* é uma categoria estruturante, tanto das condições de saúde como das condições de existência e de risco. Refere-se à mediação da atividade humana na construção das tecnologias, da vida social e da identidade pessoal. Enquanto constrói e reconstrói o mundo, o ser humano constrói e reconstrói a si mesmo.

Condições de trabalho é um conceito que se refere, ao mesmo tempo, à situação que precede à atividade dos sujeitos e a limita e como uma resultante dos processos sobre os quais os trabalhadores interferem, em sua dinâmica de intersubjetivação. Os elementos que compõem esse último conceito, central para a análise referenciada no trabalho, são: (a) a atividade prescrita e adequada; (b) o objeto e a matéria sobre os quais o trabalhador opera; (c) os meios e os instrumentos que lhe servem de mediação; (d) as relações que ocorrem no coletivo de trabalhadores e com as hierarquias e (e) o mundo simbólico que aí é gerado, envolvendo as relações e a atividade técnica e se introduzindo na produção. (Brighton Labour Group, 1991; Minayo-Gomez & Thedim-Costa, 1997; Minayo & Souza, 2003; Minayo & Lacaz, 2005).

Do ponto de vista dos riscos e da segurança, entendemos que, se processo de trabalho constitui um *locus* privilegiado da realização humana, ele também produz (em escala específica referida às condições em que é exercido) desgaste físico e mental.

(2) Condições de Saúde – O segundo macro-conceito estruturante do estudo é *condições de saúde*. No caso concreto, entende-se que existe estreita relação entre as atividades

2 Não entrarei aqui, no mérito da terminologia “pós-moderna” que aqui uso no sentido de mencionar as mudanças que vêm ocorrendo com as formas de violência social no mundo atual (Wieviorka, 1997; 2006).

exercidas pelos policiais e o nível de bem estar e de problemas sanitários que apresentam no campo físico e mental. Na vinculação entre processo de trabalho e saúde, várias e imbricadas dimensões devem ser contempladas a partir de conceitos-mediadores (Minayo-Gomez & Thedim-Costa, 1997). Alguns dos mais importantes são: (a) aspectos sócio-históricos que se atualizam na cultura organizacional; exigências requeridas (requerimentos) pela natureza da atividade; (b) riscos presentes nas atividades em questão; (c) maior ou menor vulnerabilidade de determinados grupos que exercem tarefas específicas; (d) penosidade do trabalho; (e) desgaste psicossocial; (e) perda de capacidade corporal e psíquica (Déjours; Abdoucheli, 1994).

(3) Risco e Percepção de Risco – Etimologicamente, a palavra *risco* deriva do vocábulo “riscare”, e tem seu sentido associado à idéia de ousar. Do ponto de vista sociológico, risco significa uma opção e não um destino (Bernstein, 1997). No caso, as duas Corporações Policiais podem ser configuradas como organizações em que o risco faz parte da escolha profissional e desempenha um papel inerente às condições de trabalho, ambientais e relacionais. Os profissionais que as compõem têm consciência disso. Seus corpos estão permanentemente expostos e seus espíritos não descansam. Eles vivem o que Giddens (2002, p.37) denomina “*risco de alta consequência*”.

No campo da saúde o conceito de *risco* é central. A epidemiologia o define como a probabilidade, frente a condições específicas de uma pessoa sofrer agravos ou adquirir determinada enfermidade. Do ponto de vista dos Policiais Militares e Civis, seu “risco epidemiológico” se caracteriza principalmente nos confrontos armados, nos quais se expõem e podem perder a vida. A probabilidade que têm de sofrerem graves lesões, traumas e mortes encontra respaldo nas altas taxas de óbito por violência de que são vítimas, dentro e fora de seu ambiente de trabalho, taxas essas cerca de 10 vezes mais elevadas no Rio de Janeiro, do que as da população em geral, como mostram o estudo de Muniz e colaboradores (1998) e Minayo & Souza (2003; 2005).

O sentido de *risco*, adequado para descrever a situação intrínseca à profissão de policial, combina a visão epidemiológica e a visão sociológica e antropológica. A primeira lhe dá parâmetros quanto à magnitude dos perigos, os tempos e os locais de maior ocorrência das fatalidades. A segunda, responde pela capacidade e até pela escolha profissional do afrontamento e da ousadia.

Nesta pesquisa analisamos o risco real e a percepção de risco, ou seja, perguntamos como se configura este fenômeno, ao mesmo tempo, subjetivo e objetivo vivido no exercício da profissão, dentro e fora do ambiente de trabalho. A ampliação do foco para o âmbito exterior, no caso da noção de risco, se deve ao fato de que, por ser elemento intrínseco da profissão, tanto as situações envolvidas, como as representações que cria, impregnam, não apenas o ambiente de trabalho, mas a pessoa que assume a identidade e incorpora a instituição.

Por fim, problematizamos o conceito de segurança em dois sentidos: pública e pessoal. *Segurança Pública*, segundo Silva (1998) constitui a garantia que o Estado oferece aos cidadãos, por meio de organizações próprias, contra todo o perigo que possa afetar a ordem pública, em prejuízo da vida, da liberdade ou dos direitos de propriedade dos cidadãos: é a essência da missão dos policiais e deriva do campo jurídico. *Segurança pessoal* deriva do mundo do trabalho e tem um sentido normativo e filosófico. No primeiro caso, representa a sistematização de normas destinadas a

prevenir acidentes, quer eliminando condições inseguras do trabalho, quer prevenindo desastres ocupacionais. Cuidando da segurança pública, os policiais são, também, servidores públicos protegidos pela Constituição que lhes assegura o direito à integridade física e mental, no exercício do trabalho.

Do ponto de vista filosófico, o conceito de *segurança* se vincula às expectativas do cidadão moderno e faz um contraponto dialético com a noção de *risco*: evidencia o avanço da consciência de cidadania e de bem-estar atingido pela humanidade em seu estágio atual. Exigência cada vez maior de segurança pessoal traz também, simultaneamente, um sentimento também cada vez maior de insegurança.

MATERIAL E MÉTODO

Aplicamos a estratégia de triangulação de métodos (Minayo et al, 2005), lançando mão de técnicas quantitativas e qualitativas. Entendemos triangulação de métodos como a dinâmica de pesquisa que integra a análise da magnitude e do significado dos fenômenos e processos e a inclusão da participação dos atores que vivenciam esses processos. Tendo em vista a natureza e a complexidade do objeto de investigação – as condições de vida, de trabalho e saúde de policiais civis do município do Rio de Janeiro – consideramos que esta seria a abordagem mais apropriada, uma vez que ela conjuga a utilização de recursos diferenciados de coleta de dados e os métodos conservam sua especificidade no diálogo inter ou transdisciplinar.

Abordagem Quantitativa

→ O plano de amostragem

Adotamos uma amostra aleatória simples de conglomerados. Entendemos como conglomerado a unidade física (uma delegacia, academia de polícia, batalhão etc), com o seu respectivo grupo de profissionais. Na amostra observaram-se diferenciações características do processo de trabalho das duas Corporações. Em ambas foram estudadas *unidades administrativas* e *unidades operacionais* (delegacias, batalhões).

As amostras foram calculadas a partir de listagens fornecidas pela Secretaria de Segurança Pública e da Polícia Militar, contendo todas as unidades policiais da capital do estado e o efetivo de cada uma delas especificado segundo os cargos.

Um dos critérios para o sorteio das unidades foi a natureza do processo de trabalho. Assim, por exemplo, ao selecionar uma unidade operacional, incluíram-se os policiais que participaram da pesquisa. A seleção dessas pessoas teve como critério as diferenciações dos cargos: na Polícia Civil (delegado, inspetor, etc) e na Militar (oficial, sub-oficial, cabo e soldado).

Conforme mostra a tabela 1 na Polícia Civil foram selecionadas 38 unidades e 2.746 policiais, tendo sido pesquisadas 39 unidades e 1.458 policiais.

Tabela 1
Distribuição dos estratos das unidades da Polícia Civil segundo amostra calculada, contingente real e amostra pesquisada

Estratos das unidades	Amostra calculada		Contingente real nas unidades	Amostra pesquisada	
	Pessoas	Unidades		Pessoas	Unidades
1-Administrativas	787	13	577	438	15 ^(*)
2-Delegacias	811	22	732	533	21 ^(*)
3-Técnicas ^(**)	1148	3	780	487	3
Total	2.746	38	2.089	1.458	39

(*) Três Delegacias de Acervo Cartorário/DEACS foram analisadas como unidades administrativas devido a especificidade e semelhança de suas atividades. Desse modo, para efeito de análise, ficaram agrupadas 18 unidades administrativas, 3 técnicas e 18 operacionais.

(**) Na análise atual foram excluídas todas as unidades técnicas.

Na tabela 2 encontra-se a amostra selecionada e pesquisada na Polícia Militar. Nela, sorteamos 15 unidades e 1.700 policiais, mas foram concretamente pesquisadas 18 unidades contemplando 1.120 policiais. Vale ressaltar que, devido ao grande número de questionários devolvidos em branco, três novas unidades tiveram de ser incorporadas à amostra e mesmo assim não conseguimos cobrir o número previsto de indivíduos.

Tabela 2
Distribuição dos estratos das unidades da Polícia Militar segundo amostra calculada, contingente real e amostra pesquisada

Estratos	População		Amostra calculada		Amostra pesquisada	
	Unidades	Pessoas	Unidades	Pessoas	Unidades	Pessoas
Administrativo						
1- Oficial	15	870	2	70	2	55
2- Não oficial	15	1788	2	144	3	59
3- Sub-oficial	15	1617	4	130	4	73
Operacional						
4- Oficial	32	598	3	48	4	23
5- Não oficial	32	10.743	3	867	10	634
6- Sub-oficial	32	5.459	4	440	7	264
Total	141	21.075	18	1.700	17 ^(*)	1.108 ^(**)

(*) O total de 17 unidades pesquisadas não se refere à soma dos itens da coluna porque em uma mesma unidade puderam ser pesquisados policiais de diferentes funções e estratos.

(**) Foram pesquisados 1120 policiais, porém 12 não informaram o cargo.

Os motivos para divergências entre as amostras calculadas e as pesquisadas foram vários. Um deles é a própria natureza do trabalho e as constantes transferências dos policiais de uma unidade para outra. Desta forma, os dados sobre o contingente de pessoal, fornecidos pelos gestores das corporações continham muitas imprecisões quando comparados com os efetivos reais e por isso, não coincidiam com o existente nos locais de trabalho. Os horários de trabalho das equipes eram completamente diferentes de uma unidade para outra, dificultando uma rotina de pesquisa. O fato dos policiais terem muitas atividades externas e imprevistas foi também fator relevante, dificultando

o acesso da equipe de pesquisa a esses profissionais. Houve também motivações de ordem subjetiva que tornaram difícil a coleta de dados. Por exemplo, houve policiais que decidiram não devolver o questionário ou devolvê-lo em branco. Acreditamos que também o estresse permanente no desempenho das atividades, sobretudo por parte dos “operacionais”, e a descrença em qualquer mudança institucional contribuíram para a não-adesão de muitos deles.

→ **Elaboração e aplicação do questionário**

Aplicamos aos servidores da Polícia Militar um questionário adaptado que havia sido pré-testado e usado na pesquisa com a Polícia Civil, contendo questões sobre: (1) características socioeconômicas; (2) qualidade de vida; (3) condições de trabalho e (4) condições de saúde. Inserimos uma pergunta aberta, para que o respondente pudesse se expressar sobre a pesquisa, sobre sua vida e sobre seu processo de trabalho. O instrumento também foi adequado à especificidade das duas polícias, sendo que seu formato foi submetido a técnicos e especialistas nos diversos temas tratados e a oficiais das duas corporações.

O questionário foi autopreenchido anonimamente. Sua aplicação se deu de diferentes formas. Na Polícia Civil ele foi entregue e recebido diretamente das mãos do policial, em um envelope lacrado. Já na Polícia Militar, a aplicação foi realizada em comum acordo com o Comandante de cada unidade. Em sua grande maioria ele era entregue ao comando da unidade para que chegasse às mãos dos policiais. Outra estratégia também utilizada foi a aplicação coletiva do questionário, pela equipe de pesquisa, aos policiais que se encontravam em determinada unidade naquele período. A primeira forma foi-nos indicada pelos comandantes das unidades e, concretamente, mostrou-se como a mais eficaz. Em alguns casos, tendo em vista o caráter hierárquico da Polícia Militar e tendo havido uma autorização oficial do Comandante Geral, publicada na ordem do dia da Corporação, os comandantes das unidades impuseram o preenchimento do questionário aos policiais. Se por um lado, essa foi uma fórmula que garantiu a adesão, por outro, ela pode ter prejudicado a veracidade das informações prestadas, o que não temos condições de avaliar.

Os questionários foram entregues dentro de envelopes lacrados, acompanhados do termo de consentimento livre e esclarecido, conforme prevê a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Em vários casos esses instrumentos nos foram devolvidos sem a assinatura do termo de consentimento. Foi-nos relatado por alguns policiais, que o não-assinar era um procedimento de precaução para não serem identificados por suas chefias.

No questionário, incorporamos algumas escalas previamente estruturadas e validadas: Escala de Apoio Social e a SRQ20 (*Self Report Questionnaire*).

A Escala de Apoio Social desenvolvida por Sherbourne & Stewart *apud* Chor et al (2001) possui 19 itens relativos ao apoio social e 5 de rede social. Neste trabalho, apenas os itens referentes ao apoio social foram utilizados sendo analisados em cinco dimensões: emocional (apoio recebido através da confiança, da disponibilidade em ouvir, compartilhamento de preocupações e medos e compreensão dos seus problemas por outrem); de informação (através do recebimento de sugestões, bons conselhos, informação e sugestões desejadas); material (possibilidade de receber ajuda se ficar de cama, para levar a pessoa ao médico, para preparar refeições e para ajudar nas

tarefas diárias caso fique doente); afetiva (demonstração de afeto e amor, capacidade de abraçar e de amar); e de interação positiva (diversão em conjunto com outros, capacidade de relaxar, de fazer coisas agradáveis e de distrair a cabeça). Cinco escores são obtidos, um para cada dimensão.

As perguntas são introduzidas pela frase “se você precisar...” seguida pelo tipo de apoio. As opções de resposta são apresentadas da mesma forma para todos os itens: nunca, raramente, às vezes, quase sempre, sempre. A validade de face e a de conteúdo dos itens foram consideradas adequadas pelos investigadores do Estudo do Pró-Saúde (Chor et al, 2001) e de Sherbourne & Stewart *apud* Chor et al (2001). Quanto à validade de construto, esses pesquisadores identificaram alta correlação entre as dimensões de apoio social e outros conceitos que, teoricamente estão relacionados, como solidão (correlação negativa), dinâmica familiar, conjugal e saúde mental (correlação positiva). Os autores originais também observaram bons resultados em relação à consistência interna (alfa de Cronbach superior a 0,91) e à estabilidade das medidas após um ano (acima de 0,72), para as dimensões de apoio social. A média dos escores foi de 83,3 para a dimensão de *interação social positiva/apoio afetivo*; 78,6 para a dimensão *emocional/informação* e 80,8 para a dimensão *apoio material*. A média global foi de 80,8. O coeficiente alpha de Cronbach foi igual ou maior do que 0,83 para todas as dimensões.

A avaliação da saúde mental dos policiais foi executada por meio da aplicação de uma escala chamada *Self-Reported Questionnaire – SQR20* desenvolvida por Harding et al. (1980). A escala utilizada no trabalho possui 20 itens medindo sofrimento psíquico (distúrbios não psicóticos). São elas: sentir dor de cabeça freqüente; ter falta de apetite; dormir mal; assustar-se com facilidade; apresentar tremor na mão; estar nervoso, tenso ou agitado; apresentar má digestão; sentir dificuldade de pensar com clareza; sentir-se triste; chorar facilmente; ter dificuldade em realizar tarefas diárias com satisfação; sentir dificuldade em tomar decisões (indeciso); apresentar dificuldade no serviço; sentir-se incapaz de realizar algo útil; perder o interesse pelas coisas; sentir-se inútil; pensar em suicídio; sentir desconforto estomacal; mostrar cansaço constante; cansar-se com facilidade. O alpha de Cronbach encontrado no presente estudo é de 0,8346 confirmando que os 20 itens indicam uma única característica.

Além das duas escalas citadas foram pesquisados indicadores de Qualidade de Vida (Minayo e Souza, 2003), subdividindo-se em objetivos e subjetivos. Os indicadores subjetivos corresponderam ao que o policial percebe, sente e valoriza em relação a vários aspectos de sua vida. Para este trabalho foi utilizado um subitem dos indicadores subjetivos (o grau de satisfação composto por 16 variáveis sobre relacionamento e grau de satisfação existencial). As cinco opções de resposta variaram em três gradientes: satisfeito, nem satisfeito/nem insatisfeito e insatisfeito.

→ **Trabalho de campo quantitativo**

Investimos num árduo trabalho de exposição do sentido, dos objetivos e da dinâmica do estudo para ambas as Corporações, buscando convencer a cada delegado e a cada comandante das unidades sorteadas sobre a importância do estudo para suas instituições e para os próprios policiais. Na Polícia Civil o trabalho de campo foi muito árduo, exigindo esforço elevado da equipe de pesquisa para conseguir a adesão dos gestores e dos policiais. Na Polícia Militar, talvez por causa de sua organização

hierárquica, uma vez convencido o Comandante Geral, a adesão dos outros escalões foi mais facilitada. No entanto, mesmo nesse último caso, podemos falar de um trabalho difícil, com idas repetidas ao campo para realizar as mesmas tarefas, evidenciando uma cultura fechada e avessa ao olhar externo.

A cobertura de aplicação do questionário na Polícia Civil foi de cerca de 85% do pessoal, mas o retorno de devolução e o preenchimento atingiram apenas 50% a 60% dos entrevistados. Isso se deve ao fato de que muitos policiais tenham devolvido o questionário em branco e lacrado. Houve uma unidade em que a chefia não aceitou participar da pesquisa.

Na Polícia Militar foram distribuídos 1.700 questionários, dos quais 199 (11,7%) foram devolvidos sem preenchimento e 381 (22,4%) não foram sequer devolvidos, correspondendo a uma taxa de não resposta da ordem de 34,1%. Uma unidade teve que ser substituída porque houve grande recusa dos policiais em participar. As novas unidades amostrais incluídas substituíram as recusas em algumas delas e suprimiram as lacunas nas demais.

Nas tabelas 3 e 4 encontram-se distribuídos, respectivamente, os números de policiais civis e militares que compõem a amostra, segundo os cargos.

→ **Expansão da amostra**

Expandir as informações significa utilizar procedimentos estatísticos que permitem cobrir a totalidade da população da pesquisa, fazendo que dados obtidos a partir de um certo número de policiais passem a representar o coletivo deles no município do Rio de Janeiro e não apenas aqueles que responderam ao questionário (Carlini-Cotrim et al, 1993).

A partir das informações geradas no levantamento de campo, os pesos para cada indivíduo participante da pesquisa foram calculados segundo seu estrato de alocação. A variável peso foi criada no banco. E a partir do comando *weight* do pacote estatístico SPSS todas as estimativas foram calculadas e ponderadas por este fator de expansão.

Tabela 3
Distribuição dos policiais civis que compõem a amostra, segundo os cargos

CARGOS POLICIAIS	N	%
1 - AUTORIDADES DE POLÍCIA	50	3,4
Delegado	50	3,4
2 - AGENTES DE POLÍCIA ESTADUAL DE APOIO TÉCNICO-CIENTÍFICO	378	26,1
Perito Legista	34	2,3
Perito Criminal	84	5,8
Perito Criminal Auxiliar	1	0,1
Papiloscopista Policial	190	13,1
Técnico Policial de Necropsia	32	2,2
Auxiliar Policial de Necropsia	33	2,3
Médico Policial	1	0,1
Enfermeiro	1	0,1
Auxiliar de enfermeiro policial	2	0,1

3 - AGENTE DE POLÍCIA ESTADUAL DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO	1.023	70,5
Inspetor de Polícia	681	46,9
Detetive inspetor	134	9,2
Detetive	531	36,6
Técnico Policial de Laboratório	12	0,8
Técnico Policial de Telecomunicações	4	0,3
Oficial de Cartório Policial	222	15,3
Escrivão	73	5,0
Escrevente	149	10,3
Investigador Policial	120	8,3
Operador Policial de Telecomunicações	22	1,5
Motorista Policial	55	3,8
Fotógrafo Policial	12	0,8
Carcereiro Policial	31	2,1
Total	1.451	100,0

Tabela 4
Distribuição dos policiais militares que compõem a amostra, segundo os cargos

CARGOS POLICIAIS	N	%
Coronel	5	0,4
Tenente-Coronel	9	0,8
Major	19	1,7
Capitão	13	1,2
Primeiro-Tenente	11	1,0
Segundo-Tenente	21	1,9
Sub-Tenente	20	1,8
Primeiro-Sargento	36	3,3
Segundo-Sargento	161	14,5
Terceiro-Sargento	120	10,8
Cabo	180	16,3
Soldado	513	46,3
Total	1108	100,0

As estimativas correspondentes ao universo de policiais militares foram realizadas de forma indireta, mediante o uso de fatores de expansão calculados como quocientes entre os universos, N_h , de unidades e os correspondentes tamanhos de amostra pesquisada, n_h . (Cochran, 1965). Aqui h representa a unidade de polícia militar pesquisada.

Para os dados analisados, após expansão da amostra, obtivemos para a Polícia Civil um percentual de 4,8% de pessoas em cargos de Delegado; na Polícia Militar foram 25,8% pessoas em cargos de oficiais. O grupo administrativo constitui 24% e o operacional 76% dos pesquisados. Entre os civis esses percentuais foram de 42,9% e 57,1%, respectivamente.

→ **Processamento e análise dos dados**

O processamento dos dados dos policiais civis foi feito no programa Epi-info versão 6.0 e o dos policiais militares, no programa EPIDATA versão 3.1. A fim de minimizar os erros na fase de digitação e agilizar o processamento dos dados, foram cumpridas quatro etapas: codificação, digitação, correção e análise. Foi criado um programa para estabelecer os valores válidos para cada questão (máscara de entrada). Com esse programa, nenhum valor fora do previsto seria aceito no momento da digitação.

Na etapa seguinte estabelecemos regras para agilizar a digitação. Tal processo é conhecido como codificação. O detalhamento destas regras está contido num manual para o codificador, elaborado pela equipe de pesquisa. Esse estágio fez-se imprescindível, visto que evitou, além de erros de digitação, a perda de tempo provocada comumente por incompreensão das respostas.

No que diz respeito à crítica dos dados, fase em que objetivamos a eliminação dos possíveis erros capazes de provocar enganos de apresentação e análise dos resultados, optamos por dois processos distintos. O primeiro procedimento de crítica destinou-se a procurar erros de codificação ou digitação dos questionários. Nesta abordagem, optamos por realizar uma amostragem aleatória simples de 10% dos questionários. Neste procedimento, qualquer subconjunto de n ($1 \leq n \leq N$) (elementos diferentes de uma população de N) possui a mesma probabilidade de ser sorteado (SILVA, 1998). Para a Polícia Civil, 8,9% dos questionários apresentaram ao menos uma falha de digitação, mas apenas 0,93% das questões apresentaram erros. Esses resultados evidenciaram a boa qualidade do processo.

Da amostra dos policiais militares tivemos 25,7% de questionários apresentando ao menos uma falha de digitação. De todas as questões 9% tiveram erros. Em seguida, rastreamos incoerências, isto é, investigamos se havia problemas com respostas a determinadas questões que, teoricamente, deveriam se relacionar de maneira lógica. Constatamos que 375 (33,5%) questionários apresentaram alguma inconsistência, das quais 3,2% eram erros de digitação logo retificados e anuladas as questões incoerentes.

Na fase de análise, os bancos foram convertidos para o software SPSS versão 10.0, onde realizamos a descrição de frequências simples e o cruzamento de variáveis. Todas as questões foram cruzadas segundo a variável *Risco Sofrido*. No texto, essas diferenças apenas são mencionadas quando estatisticamente significativas ($p < 0,05$). Para verificarmos diferenças estatisticamente significativas foi utilizado o teste de Qui-quadrado de Pearson. De acordo com Siegel (1956), o teste Qui-quadrado é usado para avaliar associação entre variáveis em tabelas de contingência, o teste permite também avaliar o grau e a significância da associação encontrada.

Abordagem qualitativa

Construímos os dados qualitativos exercitando a triangulação (intrínseca), a partir de múltiplos informantes, observadores e técnicas de aproximação e compreensão da realidade. Elaboramos todos os instrumentos coletivamente e buscamos que fossem criticados por especialistas *ad hoc* nas áreas de saúde do trabalhador e de segurança pública.

Tomamos como ponto de partida para a elaboração dos roteiros, as discussões da equipe em torno da leitura de várias pesquisas sobre os indicadores de qualidade de

vida, sobre o perfil de saúde de distintas categorias profissionais e sobre a descrição das condições do trabalho policial. Realizamos alguns seminários internos voltados para a discussão dos marcos teóricos da investigação. E retomamos as entrevistas realizadas na fase exploratória do trabalho, com informantes-chave tanto da polícia civil como da militar, para examinar a adequação de nossos instrumentos à realidade da Polícia Civil.

Também pudemos nos beneficiar dos debates realizados pela equipe sobre os resultados da pré-análise das respostas aferidas pelo instrumento quantitativo. Os resultados significativos estatisticamente e a análise inicial das freqüências deram pistas para a abordagem de certas questões que deveriam ser aprofundadas nos grupos focais e nas entrevistas. Permitiram-nos também, perceber a necessidade de esclarecer determinados temas que queríamos investigar.

No exercício de triangulação metodológica com os pesquisadores da área quantitativa, pudemos definir algumas categorias para guiar a “conversa com finalidade” sobre cada um dos três grandes eixos do trabalho (qualidade de vida, condições de saúde e condições de trabalho). Dada a sinergia entre esses três componentes, muitas vezes uma questão acabava por complementar o enfoque dos dois outros campos. Assim, por exemplo, ao perguntarmos sobre o que afetaria a saúde do policial, as suas condições de trabalho acabariam, inevitavelmente, por surgir no relato.

Incluímos nos roteiros as seguintes temáticas: qualidade de vida nos âmbitos de trabalho, da família e da comunidade; condições de trabalho do setor; sugestões para melhoria dessas condições; riscos e estratégias para lidar com estes; relações de trabalho; reconhecimento do trabalho policial atribuído pela sociedade e pela própria instituição policial. A fim de facilitar a análise comparada, o roteiro dos gestores teve a mesma base de conteúdo que o dos policiais.

Trabalhamos basicamente com três técnicas: grupo focal, entrevista individual e observações de campo.

Organizamos as **entrevistas** de forma semi-estruturadas, ou seja, pautamo-nos por um roteiro, tendo-o como guia, porém, levando em conta a interação entre entrevistado e pesquisador, permitindo assim o aprofundamento de assuntos e pontos de vista.

A **observação de campo**, no caso deste estudo, constituiu-se apenas em aporte complementar. Realizamos observações durante as diversas visitas para a aplicação dos questionários da amostra quantitativa. O período de aplicação dos questionários, levando em conta a apresentação dos instrumentos, distribuição, monitoramento e recolhimento dos mesmos, levava uma média de sete a doze dias. Assim, a equipe destinada a cobrir cada unidade ficou responsável pela elaboração de um diário de campo. Seguindo um roteiro construído pelo grupo de pesquisa, buscamos mapear observações sobre as condições e relações de trabalho e as impressões e expectativas geradas pela pesquisa.

→ ***Pessoas e categorias envolvidas***

Na Polícia Civil, as entrevistas envolveram macro-gestores e gestores dos três setores (operacional, técnico e administrativo). Assim, foram ouvidos responsáveis pela Chefia de Gabinete, da Coordenadoria de Polícia Técnica e Científica, da Coordenadoria de Polícia Especializada, da Coordenadoria de Polícia da Área da

Capital, da Superintendência Administrativa; delegados responsáveis por Delegacias Legais (2), Tradicionais (1), Especializadas (1) e diretores de cada uma das unidades da polícia técnica (IML, ICCE e IFP). Pela natureza do trabalho e dos horários dos profissionais, no IML foram realizadas entrevistas em substituição à técnica de grupo focal. Foram entrevistados profissionais dos setores de toxicologia (1), patologia (1), clínica médica (1), necropsia (2). Na Polícia Militar foram feitas 8 entrevistas, sendo sete com gestores (dois de unidade operacional, dois de operacional especial, um de unidade administrativa e dois de unidade de saúde), uma com uma psicóloga de unidade operacional especial.

Os grupos focais realizados na Polícia Civil envolveram 51 profissionais (40 homens e 11 mulheres). Foram feitos, ao todo, sete encontros: três com membros de delegacias; dois com unidades ligadas ao trabalho administrativo e dois grupos com unidades técnica, envolvendo no Instituto Félix Pacheco, papiloscopistas de diversos setores e no Instituto de Criminalística Carlos Éboli, peritos de diversos setores.

Na Polícia Militar foram entrevistados 92 policiais (84 homens e 8 mulheres) em 11 grupos focais constituídos da seguinte forma: três com graduados, três com sargentos e cinco com cabos e soldados, distribuídos de acordo com a natureza da unidade (operacional, operacional especial e administrativa).

Os critérios para a escolha da amostra qualitativa na Polícia Militar foram: incluir unidades da zona sul e da zona norte da cidade; de áreas pobres, de favela e de classe média; unidades com bom relacionamento com a comunidade e com dificuldades neste relacionamento

→ **Processamento de dados e técnicas de análise**

A pesquisa cumpriu as seguintes etapas:

- Transcrição e digitação das gravações das entrevistas individuais e grupais.
- Atribuição de códigos aos entrevistados e às pessoas por eles mencionadas, para assegurar o sigilo das informações.
- Leitura compreensiva dos textos transcritos, buscando identificar especificidades e uma visão global dos depoimentos.
- Elaboração de estruturas de análise, agrupando trechos de depoimentos mais ilustrativos em quatro eixos temáticos: Imagem/Reconhecimento do Policial; Processo de Trabalho, Risco; Saúde.
- Identificação das idéias centrais presentes em cada uma dos eixos.
- Identificação dos sentidos atribuídos às idéias.
- Elaboração de sínteses interpretativas de cada eixo temático.

→ **Comparação**

Durante todo o processo de preparação da pesquisa, de aplicação dos questionários e do trabalho de campo qualitativo houve intensa comunicação entre os pesquisadores. No momento da análise, essa relação se intensificou no momento de articular a comparação e a interpretação dos dados. Foi feita um exercício bastante complexo pois tivemos que comparar os vários estratos dentro de uma mesma Corporação e as duas Corporações entre si. Desse processo foram obtidas novas sínteses interpretativas em

torno de cada eixo temático e apreendendo as especificidades e as intersecções entre as duas corporações policiais.

RISCO PERCEBIDO E RISCO VIVIDO NA (IN)SEGURANÇA PÚBLICA

“O nosso trabalho é o risco”
(soldado operacional (PM-gf3.3)

Canção do BOPE

*Lealdade, destemor, integridade serão os primeiros lemas,
Desta equipe sempre pronta a combater toda a criminalidade
A qualquer hora a qualquer preço
Idealismo como marca de vitória
Com extrema energia combatemos todos os nossos inimigos
Criminosos declarados em igualdade
derrotamos os omissos,
Guerra sem tréguas!
HERÓIS ANÔNIMOS
Operações especiais
E o batalhão coeso e unido
Não recua ante a adversidade
Com ousadia enfrentamos a realidade
Vitória sobre a morte é nossa glória prometida
E o batalhão coeso e unido
Não recua ante a adversidade
Com ousadia enfrentamos a realidade
Vitória sobre a morte, a nossa glória prometida!*

→ **Contextualização**

Por ser um grupo cuja missão precípua é o enfrentamento da criminalidade, o BOPE (Batalhão Operação Especiais) pode ser visto como o exemplo mais cabal da visão de riscos e dos riscos reais percebidos e vividos pelos policiais em atividades operacionais no Rio de Janeiro. Diz a letra de seu hino, *“equipe pronta a combater a criminalidade a qualquer preço e a qualquer hora”; “vitória sobre a morte”; “heróis anônimos que enfrentam a realidade através da ousadia”*. No entanto, essa ousadia que apela ao heroísmo tem seu contraponto nas fraquezas das subjetividades que se expressam nos problemas de saúde e ou nas cifras de morte que assustam a qualquer mortal e que contextualizamos a seguir.

Os dados de mortalidade e de morbidade aqui apresentados podem ser considerados inéditos na lista de temas tratados até então pelos pesquisadores de saúde do trabalhador. Em primeiro lugar porque, tradicionalmente, os estudos se referem a condições de saúde e trabalho dos operários industriais, o que tem a ver com uma tendência de toda a produção acadêmica do século 20, fortemente influenciada pelas

análises marxistas do mundo social. Como evidencia a ampla revisão bibliográfica sobre os serviços no Brasil coordenada por Melo *et al.* (1998), aqui e internacionalmente, a literatura sobre esse setor é muito escassa: até hoje, os serviços continuam a ser a parte menos entendida da economia. Esse hiato conceitual, no entanto, destoa do que ocorre na realidade histórica: nas últimas décadas, os serviços têm representado quase dois terços do emprego urbano metropolitano no Brasil e responde por mais da metade do PIB, numa trajetória semelhante à dos países desenvolvidos (Melo *et al.*, 1998).

No caso dos policiais, a falta de atenção específica a sua saúde enquanto trabalhador pode ser explicada, de um lado, pelo hiato do conhecimento do setor serviço em geral, como assinalamos acima, mas também tem raízes históricas mais profundas. Bretas (1997) observa, por exemplo, que o tema polícia tem sido sistematicamente inserido apenas como “*apêndice da história das classes populares e do movimento operário, sobre o qual a polícia estendia sua implacável repressão*” (1997, 32) como numa espécie de negação de positividade sociológica da categoria, lembrada na formalidade da aplicação da lei. No Brasil, além de outros motivos, a aversão ao tema remonta a um ranço de origem que opôs a população e intelectuais aos oficiais da segurança pública, o que se acirrou nos períodos de ditadura militar no Brasil. Desta forma, a consideração da segurança pública como assunto relevante para a construção da democracia e objeto da ciência social vem se consolidando apenas a partir dos anos 1990.

A urgência de tratar do tema do *risco* e da *vitimização dos policiais* também se tornou relevante por causa do aumento acelerado da criminalidade urbana, no país. Assim, lentamente vamos superando, de um lado, o vazio da ciência social em relação ao setor serviços e, de outro, os problemas ideológicos que excluíram da pauta dos temas sociológicos e de saúde pública, a cidadania dos agentes de segurança e suas condições de vida, saúde e trabalho. A literatura atual, portanto, já apresenta conhecimentos estratégicos, frutos de investigação, dentre os quais citamos os de Muniz & Soares (1998); Soares (1996; 2000); Santos (1997), Bretas (1997a; 1997b), Holloway (1997), Cerqueira (1994;1996), Donnici (1990), Adorno e Peralva (1997), Kahn (1997); Lima (1995); Amador (1999).

Do ponto de vista social, até hoje, o serviço de segurança pública no Rio de Janeiro é malvisto e malquisto pela população em geral e por motivos diversos: os cidadãos das classes médias e abastadas reclamam da insegurança e da ineficiência policial, uma vez que esperariam mais rigor e vigilância dos pobres “*criminógenos*”, em função da ordem burguesa; a população pobre e moradora dos bairros periféricos sente-se discriminada e maltratada pelos agentes da lei; e os delinquentes os tratam como inimigo número um, buscando evadir-se de seu olhar ou mesmo controlá-los e confrontá-los, escudados exatamente na “*má fama*” que os acompanha.

A opinião pública negativa faz parte do ônus da atividade policial e, nossos estudos mostraram, acrescentando-se a outros como os de Amador (1999), um elevado grau de sofrimento no trabalho pela falta de reconhecimento social. O conceito negativo emitido sobre eles pelas várias camadas sociais está entranhado na cultura. Ele legitima e naturaliza a violência que os vitimiza, muito mais do que a qualquer outro trabalhador ou cidadão, durante a jornada de trabalho ou nos tempos de folga em que, curiosamente, aumentam as ocorrências de lesões e traumas de que são vítimas.

Todos os policiais do Rio de Janeiro são aqui tratados como categorias que atuam sob elevado *risco*. O uso desse conceito corresponde ao que foi apresentado na introdução

deste trabalho, dentro das abordagens epidemiológica e social. Ou seja, o conceito de *risco* diz respeito, ao mesmo tempo, à probabilidade das ocorrências de lesões, traumas e mortes e ao significado da escolha profissional que traz, intrinsecamente, o gosto pelo afrontamento e pela ousadia como opção e não como destino (Berstein, 1997; Castiel, 1999; Giddens, 2002). Seja no sentido de perigo ou de escolha, o conceito de risco desempenha um papel estruturante das condições laborais, ambientais e relacionais para esse grupo social, uma vez que seus corpos estão permanentemente expostos e seus espíritos não descansam (Gomes et al, 2003). Eles vivem o que Giddens (2002, 42) denomina de “*risco de alta consequência*”. A vivência dos *riscos* pode ser constatada na taxas de mortalidade e de morbidade por agressões de que são vítimas, dentro e fora das corporações, taxas essas, muito mais elevadas que as da população em geral.

→ **Percepção de Risco**

Constatamos, tanto na Polícia Civil como na Polícia Militar que a frequência do risco e a percepção de risco, apesar de estarem presentes em todos os setores, são muito mais elevadas nos que trabalhavam em atividades operacionais. No entanto, embora o sentimento de ousadia, de destemor, de extrema energia esteja mais aguçado nos operacionais e, sobretudo nos operacionais especiais, todos esses trabalhadores dizem que ser policial já é em si um risco. Neste sentido, poucas são as diferenças entre as duas polícias (Civil e Militar), entre a natureza da unidade (operacional, operacional especial e administrativa) e entre os cargos (oficial, sargentos ou cabos e soldados). Todos se sentem igualmente em posição de alerta e de perigo.

A percepção de que o risco profissional abrange a todos e penetra todos os momentos e recônditos da vida, permite ao observador concluir que, apesar de hoje alguém estar exercendo atividade-meio, ou seja, administrativa, não lhe retira o sentimento de risco. Esse sentimento tem várias causas: primeiramente, dentro das Corporações, sua posição pode mudar; em segundo lugar, muitos policiais hoje lotados em unidades administrativas tanto na Polícia Civil como na Militar, dão suporte aos operacionais, o que, em algum sentido, aproxima suas experiências. Observamos também que os policiais se referem mais à atividade-fim da Unidade que a seu lugar específico no processo de trabalho, ensejando a compreensão do trabalhador coletivo como experiência. Por sua vez, nas relações com a população, a distinção entre policial *operacional* ou *administrativo* não é percebida, dando a todos a mesma visibilidade. Por isso, aos cidadãos, é o fato de ter um policial por perto que lhe dá segurança, os ameaça ou provoca neles reações violentas.

Quando consultados sobre o exercício de sua profissão, os policiais operacionais reportaram-se imediatamente a episódios de confronto e violência, sendo que, no caso da Polícia Militar, soldados e cabos se apresentam como o grupo que intensamente vivencia o risco cotidiano, justamente por estarem no *front* das operações. Como reforça a fala de um gestor operacional: “*para o soldado o risco é a rotina*” (gestor operacional). Esse sentimento identitário conformado pelo *risco* é estruturante. Recente pesquisa comparativa realizada por Constantino (2006) entre policiais civis da Capital e do interior do Rio de Janeiro mostrou que estes últimos se sentem menos policiais que os primeiros, exatamente porque seu trabalho nas delegacias de uma cidade do norte do Estado praticamente não os expõe a confrontos armados.

No estudo quantitativo, levantamos algumas questões sobre percepção de risco dos policiais sobre si e sobre suas famílias. Estes dados são apresentados nas tabelas 5 e 6. Como pode ser visualizada nos dois quadros abaixo, a percepção de risco nos membros das duas Corporações é quase totalizante para ambas as categorias. No entanto, ela é absoluta para os policiais militares, onde nenhum respondeu estar isento de risco profissional.

Como seria de esperar, os policiais das duas Corporações percebem que a extensão do risco que vivenciam é menor para suas famílias que para eles próprios. No entanto, é forte o sentimento de que ao combaterem o crime e manterem a ordem pública, também seus entes queridos ficam ameaçados por criminosos em elevadas proporções: 44,2% dos militares e 36,9% civis afirmaram isso. Principalmente os policiais militares consideram que suas famílias estão em situação de insegurança.

Tabela 5
Distribuição dos policiais civis e militares segundo percepção de risco em sua atividade policial

Risco	Polícia Militar	Polícia Civil
	%	%
Constante	81,1	69,2
Eventual	18,9	26,0
Não há risco	-	4,8
Total	100,0	100,0

(p < 0,000)

Tabela 6
Distribuição dos policiais civis e militares segundo percepção de risco para a família

Risco	Polícia Militar	Polícia Civil
	%	%
Constante	44,2	36,9
Eventual	50,5	54,5
Não há risco	5,3	8,5
Total	100,0	100,0

(p < 0,000)

Na instituição militar onde os riscos e a percepção de risco são mais elevados, os policiais graduados, mesmo os das unidades operacionais, exercem quase que exclusivamente atividades de gestão e de comando. Há uma diferença bastante nítida entre aqueles que planejam (oficiais) e aqueles que executam as operações (cabos e soldados, sargentos e sub-tenentes). Os dados de vitimização colocados abaixo confirmam o quanto tal diferença atinge negativamente os que estão no ciclo das praças. No entanto, entre os gestores e oficiais, também há a percepção da existência do risco. Primeiramente porque, “*ocasionalmente*” e em momentos especiais são chamados

para o “*combate*”. Em segundo lugar, ao tomarem decisões hierarquicamente e, por isso, serem obedecidos sem direito a questionamentos como determinam as normas disciplinares, suas ordens deverão ser cumpridas, muitas vezes pondo em risco seus subordinados e a população.

Um dos gestores entrevistados falou, emocionado, da quantidade de vidas que “*ele já perdeu*” em confronto. Encara essa situação como um fracasso e como perda enquanto autoridade pública. Mostrando um certo incômodo com a posição de ter sempre que decidir hierarquicamente, esse mesmo gestor comentou sobre a posição maniqueísta que ele e outros de sua mesma patente precisam assumir na execução de seu trabalho, sem titubeios: “*é o bem (policial) contra o mal (bandidos)*”. Segundo ele, é pela via dessa “*ideologia*” que o confronto é possível. Na sua ótica, o enfrentamento só se justifica por um ideal. Mas diz: “*se você pensar bem, isso é um ato de loucura*” (Gestor Operacional).

Se o *risco* na jornada de trabalho está mais presente no discurso dos policiais operacionais (mais ainda na Polícia Militar do que na civil), o *risco* que correm no espaço externo é sentido e vivenciado por todos os policiais das duas categorias. Embora, também nesse caso, os policiais militares afirmaram mais que os civis, viverem em perigo nos dias de folga e em outras atividades profissionais. O trajeto para casa, as folgas e o lazer são momentos “inseguros” na concepção de todos. Os civis consideram correr muito risco de vida nos transportes coletivos (tabela 7). Todas estas diferenças são estatisticamente significativas.

Ao considerarmos a soma dos riscos percebidos, observamos que do total de policiais militares 94,1% se dizem em risco fora do trabalho, contra 86,3% dos civis, sendo essa diferença significativa estatisticamente.

Tabela 7
Distribuição dos policiais civis e militares segundo percepção de risco fora das Corporações

Risco	Polícia Militar %	Polícia Civil %
No transporte coletivo (trajeto de ida e volta do trabalho)*	86,8	91,3
Nas folgas*	53,6	44,6
No exercício de outras atividades profissionais*	63,5	56,0

(*) Diferença estatisticamente significativa – $p < 0,000$.

Como estratégia para lidar com o sentimento de insegurança, a condição policial acaba por exigir um estilo de vida diferenciado. O exercício da atividade profissional invade a vida social e pessoal desses trabalhadores. A simbiose da natureza do trabalho com o modo e o estilo a vida pode ser constatada no “slogan” de um dos batalhões da PM: “*O espelho reflete você e você reflete o Batalhão da Polícia Militar*”. É dessa forma que os servidores se sentem em todos os momentos de seu cotidiano, “*vigiados, tanto no Batalhão quanto fora dele*”. Por isso também pautam sua vida tendo como parâmetro, a condição policial.

A imersão total na identidade profissional é estimulada e vivida também pelos Policiais Civis. Os membros de ambas as categorias falam da permanente necessidade

de se retirarem dela para respirar, para interagir com outros e para fugir aos riscos, sobretudo nos momentos de folga. Ocultá-la é uma medida de proteção principalmente porque, ao contrário da situação dos policiais em outras sociedades como nos Estados Unidos, no Canadá, na Inglaterra, por exemplo, no Brasil e especificamente no Rio de Janeiro, não há o cultivo de uma imagem positiva desses servidores públicos, por razões sobejamente discutidas neste estudo. “*A gente tenta como se isso fosse possível*”, é o que comenta um dos policiais operacionais. Muitos mencionam que carregam em si a “*marca da polícia*”, “*está no jeito*”, “*no olhar*”, “*todo mundo reconhece logo quem é policial*”.

A imersão totalizante na identidade profissional contribui ainda mais para o sentimento de insegurança e a percepção de que estão constantemente em risco. Foi muito comentado nos grupos focais por membros das duas corporações, que as experiências de estresse intenso e de perigo propicia uma união das equipes no processo de trabalho: “*um precisa proteger o outro*”, “*é o medo de morrer que aproxima*” pois a situação de perigo nivela os cargos e a natureza das atividades, no sentimento de que “*estão todos no mesmo barco*”.

Os grupos focais permitiram que os policiais falassem de seus conflitos frente aos perigos cotidianamente enfrentados. Nas unidades operacionais da Polícia Militar, dos oficiais ao círculo das praças, todos revelaram o sentimento de medo. A experiência concreta de situações perigosas não permite a simples negação do enfrentamento da morte: “*vemos colegas serem executados!*”. Por viverem em situação-limite, os policiais operacionais de ambas as Corporações têm uma experiência muito particular da urgência da vida e da proximidade da morte, cuja perenidade se re-atualiza a cada dia. Os soldados e cabos da polícia militar chegam a apontar (de certa forma contradizendo os arroubos de heroísmo) que hoje a principal missão do policial é “*manter-se vivo, é a lógica da auto-proteção*”. Todos os policiais operacionais do Rio de Janeiro hoje se sentem “*em guerra*” e percebem que alguns postos de trabalho significam sua “*sentença de morte*” antecipada.

Vale ressaltar que alguns batalhões em que os profissionais foram entrevistados por nós estão localizados em área de elevado acirramento de conflitos entre traficantes de drogas rivais que portam armas pesadas muito mais potentes do que as que os policiais possuem. Um desses batalhões, sozinho, atende a 94 favelas onde as chamadas “*guerras do tráfico*” são cotidianas. Existe a circunstância agravante de que os grupos de traficantes são formados por jovens também ousados, aventureiros e prontos para o combate de vida ou morte. Ressaltando o sentimento de risco e as expressões de medo, os policiais ressaltam que a precariedade das viaturas, dos armamentos e das estratégias de ação faz aumentar os perigos que vivenciam nos confrontos diários com criminosos portando armamentos muito mais potentes, conhecendo em detalhes os locais de mira e esconderijos e chantageando moradores para lhes dar guarida e proteção.

→ ***O risco vivido no desempenho das atividades***

O risco real é vivido pelos policiais civis e militares do Rio de Janeiro, através da vitimização por traumas, lesões ou mortes, provocados pelas situações de enfrentamento para prevenir crimes, atuar contra a criminalidade e manter a ordem. O objeto geral de sua atividade é o controle da violência social. Dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública/Senasp (Senasp, 2005) do Ministério da Justiça ajudam

a estimar numericamente esse objeto de trabalho: para o ano de 2003 houve registro de 6.707.955 ocorrências criminais nos Estados e de 2.264.829 nas capitais do Brasil. No Estado do Rio de Janeiro foram registradas 433.988 ocorrências, sendo 228.243 delas na Capital.

A violência social é um fenômeno complexo e difícil de ser definido. Esse tipo de fenômeno discrepa entre a sua ocorrência real e as sensações que gera. No imaginário social, os sentimentos de medo e de insegurança levam a confundir crimes reais e percepções subjetivas sobre os riscos de ser vítima da criminalidade, em proporções inversas. Uma dessas discrepâncias diz respeito à crença de um permanente aumento da delinquência, o que às vezes é real e outras, não. Outra idéia muito corrente é de que o Rio de Janeiro é local mais violento e de maior criminalidade do país. Estatísticas da Secretaria Nacional de Segurança Pública de 2002, por exemplo, evidenciam que isto não é verdade. Foi feita uma lista classificatória dos 27 estados do país que se reproduz abaixo, em que o Rio de Janeiro se classifica nas unidades da federação de médio índice de criminalidade:

- Baixo índice: Ceará, Alagoas, Tocantins, Paraíba e Piauí.
- Médio índice: Maranhão, Minas Gerais, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Pará, Roraima, Paraná, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Bahia, Sergipe, Rio de Janeiro, Acre, Mato Grosso, Goiás e Santa Catarina.
- Alto índice: Rondônia, São Paulo, Rio grande do Sul, Amapá e Distrito Federal.

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2002.

A sensação de insegurança crescente no Rio de Janeiro ocorre, certamente, por vários motivos. Primeiramente, está relacionada à própria dinâmica da criminalidade na capital, onde existe elevada concentração tanto da população do Estado (40,2%) como dos registros de delitos (52,6%), o que difere totalmente de outras capitais e do país. Por exemplo, em São Paulo, apenas 27,6% da população do Estado e 33% das ocorrências criminais se concentram na capital. No país como um todo esses valores se assemelham mais aos de São Paulo: 22,7% da população e 33,8% dos crimes se localizam nas capitais.

A concentração de população e de crimes no espaço da capital promove um sentimento geral de insegurança e impotência, mesmo quando se observam quedas no número de alguns delitos. Devemos ter em conta, também, que a sociedade do Rio de Janeiro é das mais politizadas do país e, do ponto de vista antropológico, os sentimentos de segurança e de insegurança se vinculam às expectativas individuais do cidadão moderno, fazendo contraponto com a noção de risco. Ela evidencia o avanço da consciência de cidadania e de bem-estar atingido pela humanidade em seu estágio atual. Ou seja, a exigência cada vez mais elevada de segurança pessoal traz, simultaneamente, sentimento de maior insegurança (Chesnais, 1981; Burke, 1995). Vários estudos feitos no Rio de Janeiro, entre eles os de Soares (1996), evidenciam que as classes abastadas que vivem e trabalham nos espaços onde os índices de criminalidade são relativamente baixos são as que mais se queixam de insegurança.

As informações aqui apresentadas vêm de duas fontes: dados primários da própria pesquisa; e dados secundários fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública

(portanto das Corporações) e do SUS. As categorias usadas para classificar os acidentes e violências são as constantes da Classificação Internacional de Doenças (CID) em sua 10ª revisão, neste documento sendo denominadas causas externas e incluindo todos os tipos de acidentes (trânsito e transporte, quedas, afogamentos, queimaduras etc) e as agressões (homicídio, suicídio, lesões e ferimentos gerados em confronto etc).

É importante frisar que, na organização de suas estatísticas, cada Corporação denomina os eventos violentos conforme sua conveniência e nem sempre os termos empregados para designá-las são os mesmos utilizados pelo setor saúde. A Polícia Militar os categoriza como *ação violenta*. A Polícia Militar usa o termo *ferido* para denominar os que sofrem lesões não letais, provocadas por acidentes e ações violentas.

No caso da pesquisa com dados primários, o período é 2005, correspondendo à realização da própria pesquisa. Para a análise de dados secundários, o período estudado foi diferente para cada uma das instituições, mas recobrimo uma série histórica de 1994 a 2004. Também nesse caso, analisamos as informações segundo variáveis básicas como a causa externa que provocou o óbito ou o ferimento e o fato de o agente estar em serviço ou em folga. Calculamos proporções e taxas de mortalidade e de morbidade segundo as variáveis estudadas. Os denominadores que usamos na construção das taxas relativas à Polícia Civil referem-se aos efetivos de policiais, respectivamente, informados por essa instituição. Já o denominador usado no cálculo das taxas dos policiais militares é o efetivo médio anual, calculado a partir do número informado para os meses de janeiro e de dezembro de cada ano. Alguns dados secundários foram assimilados da forma como haviam sido apresentados nos estudos originais. Outros foram recalculados e isto está indicado no texto, sempre que ocorreu.

Apresentamos a seguir uma tentativa de síntese dos fatores associados à vivência de risco. Tentamos consolidar as inúmeras variáveis relacionadas ao perfil dos profissionais, com as dimensões de lazer, saúde e trabalho, para ver quais teriam mais efeito sobre os riscos enfrentados pelos policiais. Como se pode verificar na tabela 8, policiais civis e militares mostraram caracterização distinta.

Tomamos os seguintes itens que dizem respeito a agressões sofridas que afetaram a vida e a saúde dos policiais no último ano: ferimentos causados por projétil de arma de fogo e branca, agressão física, violência sexual, tentativas de suicídio e homicídios. Constatamos, em primeiro lugar, os elevados percentuais para ambas as categorias e, em segundo lugar, que os militares (27,3%) estão em desvantagem em relação aos civis (17,8%, p.000).

Na tabela 8, ordenada de forma decrescente segundo o perigo vivenciado, constatamos que em todos os tipos de risco investigados, os militares têm maiores proporções de vítimas, com exceção de “assédio ou agressão sexual”, relatado igualmente por pouco menos de 3% dos policiais das duas Corporações.

A agressão verbal é a principal queixa relatada pelo conjunto dos policiais, seguida pelas quedas que ocorrem em mais elevadas proporções com os militares. As tentativas de homicídio, as agressões físicas e as perfurações por arma de fogo são os riscos vivenciados com maior frequência.

Tabela 8
Distribuição proporcional dos policiais civis e militares
segundo os riscos sofridos durante o trabalho policial

Riscos sofridos	Civis	Militares
Agressão verbal***	30,0%	38,6%
Queda***	11,1%	24,6%
Tentativa de homicídio***	10,3%	18,8%
Agressão física*	8,2%	10,3%
Perfuração por arma de fogo**	4,2%	6,7%
Lesões por atropelamento ou acidente com veículo motorizado***	1,7%	6,6%
Acidentes com animais usados no trabalho policial***	0,5%	6,4%
Explosão com lesões (combustíveis, bujão de gás, explosivos, fogos, bomba, granada, etc.)***	0,7%	5,3%
Contaminação por bactérias ou outros microorganismos***	2,7%	5,1%
Queimaduras por fogo ou químicas***	0,3%	3,3%
Perfuração por arma branca***	1,2%	3,3%
Tentativa de suicídio***	0,3%	2,9%
Assédio ou agressão sexual	2,8%	2,6%
Envenenamento, intoxicação por gases ou fumaça***	0,4%	1,9%
Acidente por desmoroamento***	0,3%	1,6%

*p < .05; **p < .005; ***p.000

Estão entre os riscos de menor incidência, queimaduras, envenenamentos e vitimização por desmoroamento. As tentativas de suicídio, perfurações por arma branca e assédio ou agressão sexual não são estatisticamente relevantes. No Rio de Janeiro, os confrontos dos policiais com os delinqüentes ocorrem em sua quase totalidade, com o uso de armas de fogo.

Policiais militares – No caso das pesquisas com dados secundários, as informações sobre os policiais militares – resumidas a seguir, no quadro 1 – referem-se a Licenças para Tratamento de Saúde (LTS) e Incapacidade Física Parcial (IFP), dos Policiais Militares que requereram afastamento das atividades. Correspondem a afastamentos temporários por agravos que os retiraram de ações operacionais ostensivas e os mantiveram em tarefas internas. Embora as duas categorias de afastamento se refiram a todos os tipos de agravo e não só a acidentes e violências, o quadro tem o objetivo de mostrar como se distribuem tais ocorrências por hierarquia dos servidores.

Quadro 1

Distribuição das licenças para tratamento de saúde (LTS) e das incapacidades físicas parciais (IFP) dos policiais militares do Estado do Rio de Janeiro, 2000 a 2004.

Afastamento temporário	2000	2001	2002	2003	2004
LTS					
Número médio					
Oficial	22,3	27,9	30,3	41,1	43,6
Praça	539,8	685,0	801,8	919,3	1124,2
Proporção média					
Oficial	4,0	3,9	3,6	4,3	3,7
Praça	96,0	96,1	96,4	95,7	96,3
Razão de número médio - Praça/Oficial	24.2	24.6	26.5	22.4	25.8
IFP					
Número médio					
Oficial	79,2	105,0	136,6	162,7	211,1
Praça	1081,1	1307,0	1796,8	2123,2	3540,3
Proporção média					
Oficial	6,8	7,4	7,1	7,1	6,0
Praça	93,2	92,6	92,9	92,9	94,0
Razão de número médio - Praça/Oficial	13.6	12.4	13.2	13.0	16.8

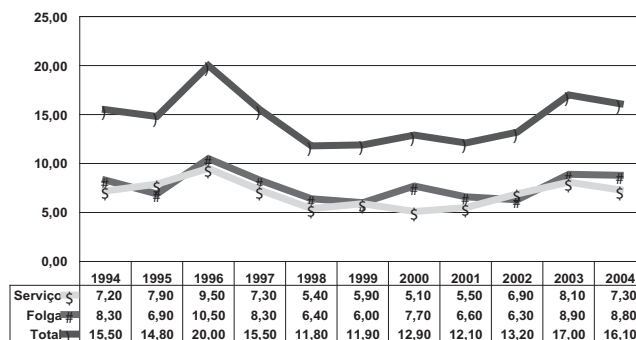
Ressaltamos que o número médio de oficiais com LTS cresceu 95,5% no período, enquanto o de praças mais que duplicou (108,3%). O número médio de praças, vítimas de *agravos que exigiram afastamento* é mais de 20 vezes o de oficiais, representando cerca de 96% das LTS no período. São as praças, como já dissemos, que estão na linha de frente nos confrontos.

Mais relevante ainda é o crescimento geral e as diferenças entre as duas categorias no que concerne a Incapacitações Físicas Parciais (IFP): o número médio de oficiais com lesões e traumas cresceu 166,5% no período e o de praças, 227,5%. O número médio de praças, no início da série era cerca de 13 vezes maior que o de oficiais, passando a ser 16.8 vezes em 2004. Os praças corresponderam a 93% dos incapacitados físicos retirados dos serviços ostensivos para realizar tarefas internas, no período. No ano de 1997, 50,2% das LTS e 42,8% das IFP foram provocadas por traumas; e 5,6% das LTS e 16,9% das IFP deveram-se a problemas psiquiátricos (Muniz & Soares, 1998). Em ambos os casos, ressaltamos a incidência dos riscos no estresse vivido no trabalho.

O gráfico 1 apresenta as taxas de vitimização dos policiais militares, nelas incluídas mortes e casos de ferimentos por ação violenta em serviço, em folga e todos os dados em conjunto.

Gráfico 1

Taxas^(*) de vitimização de policiais militares do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Dados de Muniz e Soares (1998) para os anos de 1994 a 1997 e da Assessoria de Imprensa da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro para os demais anos
 (*) Taxas por 1000 policiais

Dos 4.518 policiais mortos e feridos por todas as causas, de 2000 a 2004, 56,1% foram vitimados durante as folgas, contra 43,9%, em serviço. Nesse período, a ação violenta representou 57,2% das causas de suas mortes e ferimentos, proporção que cresceu nos últimos dois anos, passando de 53,2% em 2002, para 63,7% e 67,1% em 2003 e 2004, respectivamente.

Do total de 758 policiais mortos, 173 (22,8%) estavam em serviço. Quando mortos em serviço por ação violenta, essa proporção é um pouco maior (26,4%). Os dados evidenciam um crescimento desde o ano de 2002 da proporção de óbitos em serviço por ação violenta, passando de 75% para 88%, o que merece atenção das autoridades governamentais. O número de policiais que perderam a vida em serviço foi 2,5 vezes maior em 2004 quando comparado ao ano de 2000.

Se por um lado cresceu a vitimização dos policiais – de todas as três categorias – também é verdade que de 2003 para 2004 houve crescimento de 2,6% no número de ocorrências criminais no Rio de Janeiro: foram 536.163 em 2003 e 550.262 em 2004. Os delitos violentos não letais contra a pessoa cresceram 4,6%, passando de 5.054 para 5.286. A ocorrência de assaltos a transeuntes se elevou em 24,4%; os assaltos a ônibus subiram 11,7%; e os latrocínios cresceram 3,4%. Em contraposição, diminuíram as seguintes ocorrências: assaltos a bancos, 33,9%; seqüestros, (33,3%); roubos de carga (21,8%); assaltos a estabelecimentos comerciais (18,4); assaltos a residências (6,7%); homicídios dolosos (2,8%); e roubos e furtos de veículos (2,6%) (Vasconcelos & Goulart, 2005). Coincidindo com a vitimização dos policiais, a maioria dos crimes notificados na cidade aconteceu na Zona Norte da cidade.

Os dados de óbitos por ação violenta indicam que morreram 2,8 vezes mais policiais militares em folga em 2004, do que os que se encontravam em serviço. No entanto, a importância da ação violenta tem maior magnitude na mortalidade desses últimos (ela representa 83,2% das causas de morte dos policiais que morreram em serviço, comparados aos 68,5% dos que morreram em folga).

Dos 3.760 policiais militares feridos (em serviço e em folga) 48,1% (ou 1.809 policiais) estavam em serviço. Dos que se encontravam em serviço, 1.054 (58,3%) foram atingidos em ação violenta, o que representa uma proporção maior do que a de 50,5% de feridos quando em folga pela mesma causa. No entanto, a ação violenta tem crescido proporcionalmente, vitimizando também os policiais em folga. Em 2003 e 2004 ela foi responsável por patamares acima dos 70% dos casos de ferimento desses profissionais. Em 2002, esse percentual era de cerca de 39%.

No período de 1994 a 1996 os soldados representaram 55,3% dos policiais militares vitimados no Rio de Janeiro: aos cabos corresponderam 31,1% do total; aos sargentos, 8%; e os oficiais, os 5,6% restantes. As circunstâncias da vitimização em serviço foram: dinâmica criminal (cerca de 54%); trânsito (em torno de 19%); e dinâmica conflituosa (mais ou menos 21%).

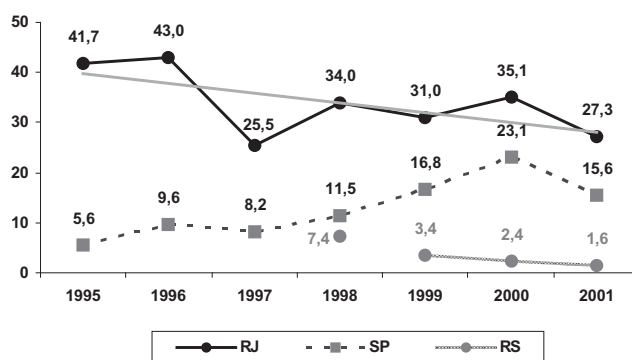
Em folga, essas proporções foram de mais ou menos 35%, 29% e 17%, respectivamente. A arma de fogo foi o principal meio usado pelos agressores para matar policiais em serviço (média de 51%) e em folga (média 55%). Os acidentes de trânsito responderam por 20,4% das mortes em serviço e 28,1%, em folga. O local das ocorrências corresponde às vias públicas (72,7%); ao bairro (6,3%); à vizinhança (4,6%); à residência (3,5%); ao espaço das próprias instituições policiais e de segurança (2,8%); aos bares e similares (2,1%); e às instituições comerciais e financeiras (3,3%).

Dos policiais militares que morreram em serviço no Rio de Janeiro, 55,3% estavam trabalhando em policiamento geral, dos quais 41,4% faziam patrulhamento motorizado e de rotina; 29,2% exerciam policiamento dirigido (13,1% faziam radiopatrulhamento e atendimento aos cidadãos e 12% cumpriam operações especiais); 2,9% efetuavam investigação e diligência; 12,7% atuavam em outros tipos de serviços; e 10,4% estavam de sentinela ou plantão. No período de 1994 a 1996 as maiores taxas de vitimização ocorreram entre policiais dos Batalhões servindo aos bairros de Olaria, Méier, Benfica, Rocha Miranda e Estácio. Todos são bairros contíguos (cerca de 78) situados na Zona Norte (Muniz & Soares, 1998).

Uma década depois dos estudos de Muniz & Soares (1998), os maiores índices de vitimização continuam ocorrendo com policiais dos mesmos Batalhões: 9º, de Rocha Miranda; 20º, de Mesquita; 22º, da Penha; 3º, do Méier e 16º, de Olaria. Neles ocorreram 436 confrontos (44,4% de todos os 983 acontecidos em 2004 na cidade). Nessas jurisdições houve 21 óbitos, quase metade dos 44 ocorridos por ação violenta em serviço em 2004. Os policiais são caçados, atacados e executados por criminosos (traficantes), em ações voltadas ao roubo de armas. Os próprios comandantes das corporações, respondendo à imprensa, admitem que em alguns casos há o envolvimento de policiais com o crime, mas afirmam que, na maioria das vezes, eles são emboscados (Bottari, 2005a, 2005b). Além do risco intrínseco ao trabalho, outros motivos são evocados para a vitimização. Dentre eles, citam-se alguns conhecidos como o fato de os atuais coletes por eles usados não os protegerem contra tiros de fuzil. E também a obsolescência dos equipamentos ofensivos, diante das armas possantes e das táticas de ataque dos delinquentes. Os analistas dessas questões consideram que, no Rio de Janeiro, o crescimento das mortes, tanto de policiais como de civis, coincide com o também crescente envolvimento de policiais com as redes de tráfico de armas e drogas. Assim, parte das agressões seria causada por “acertos de conta” entre criminosos e policiais corruptos.

Sobre o risco real que leva à vitimização, Lemgruber (2004) numa pesquisa realizada para a Ouvidoria da Polícia do Rio de Janeiro apresenta o seguinte quadro: no Município, a taxa de assassinatos por dez mil policiais militares vem apresentando fortes oscilações, percebendo-se uma tendência de queda entre 1995 e 2001. Já em São Paulo, com exceção do último ano da série, os índices aumentam nesse mesmo período, em função sobretudo, do aumento das mortes durante as folgas. A Polícia Militar do Rio Grande do Sul apresenta taxas consideravelmente menores que as do Rio e São Paulo, exibindo, ademais, uma tendência descendente nos últimos anos. Mas, sempre, nos dois primeiros estados, os períodos de folga apresentam maior risco do que o trabalho de policiamento. Esses dados sugerem que, muito provavelmente, maiores taxas de vitimização no tempo fora do trabalho oficial se devam a dois fatores: à prestação de serviços de segurança privada e ao fato de boa parte dos policiais serem emboscados nas suas áreas de residência onde haja confrontos violentos. Não podemos, em muitos casos, descartar a hipótese de vinganças e execuções associadas ao envolvimento de agentes da lei em redes e práticas criminosas.

Gráfico 2
Taxas de homicídio por 10 mil Policiais Militares nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul – 1995/2001



Fonte: Lemgruber, J. 2005.

Policiais civis – As informações sobre a polícia civil também dizem respeito às mortes e aos eventos não fatais causados por todas as condições e agravos, incluindo-se as doenças, os acidentes e as violências, a partir dos dados fornecidos pela Corporação. Essas informações diferem das apresentadas sobre a Polícia Militar, porque houve dificuldades objetivas para obtermos dados desagregados sobre causas externas para esse grupo.

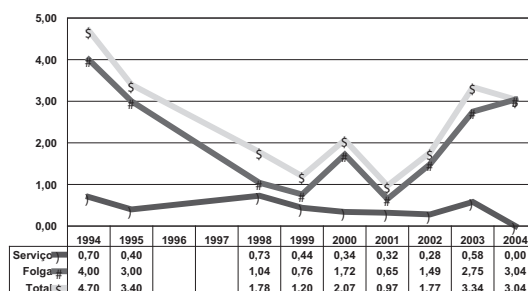
No período de 1994 a 2004 foram aposentados por laudo médico 594 policiais civis, envolvendo todas as causas geradoras de invalidez temporária e permanente, incluindo-se doenças e lesões provocadas por acidentes e violência. Ao longo desses anos, a maior taxa de aposentadorias com aval médico ocorreu em 2004 (8,9 por mil policiais civis), enquanto a menor das taxas ocorreu em 2001, correspondendo a 3,4/1.000.

No gráfico 3 apresentamos as taxas de mortalidade dos membros da Corporação Civil. Para os anos de 1994 e 1995 os dados abrangem os policiais mortos da cidade. No restante do período, eles se referem ao Estado. Pelos motivos aludidos, as informações aqui analisadas não permitem comparação entre as categorias. Morreram, por todas as causas, 147 policiais civis no período de 1998 a 2004, dos quais a grande maioria (120 policiais) se encontrava em folga.

O ponto mais relevante das informações trazidas por esse gráfico é a elevação das taxas de morte de policiais nos dois últimos anos, principalmente quando em folga. Dados de Muniz & Soares (1998) para a cidade do Rio de Janeiro indicaram para os anos de 1994 e 1995 taxas de vitimização de 20,8 e 17,5 por mil policiais, respectivamente. Grande parte das informações estava classificada numa categoria denominada “ofensas”. Em 1994 a taxa total de vitimização (mortos + feridos) foi de 20,8 por mil policiais civis, enquanto apenas a de *ofensas não letais* foi de 16,6/1.000. Em 1995 o valor encontrado para a taxa total de vitimização foi de 17,5/1.000 e de 14/1.000 para as lesões não letais. Nesses mesmos anos, a maior parcela dos óbitos correspondeu à de policiais em folga.

Gráfico 3

Taxas^(*) de mortalidade de policiais civis do Rio de Janeiro



Fonte: Dados de Muniz e Soares (1998) para a cidade nos anos de 1994 e 1995 e dados da Polícia Civil do Estado para os demais anos.
 (*) Taxas por 1000 policiais

Dentre os policiais civis que morreram em consequência do desempenho de suas atividades, 53,1% eram detetives; 10,9% carcereiros; 18% não foram especificados quanto à função; 5% eram escrivães, 3,8% delegados e 8,4% exerciam outras funções. As circunstâncias da vitimização em serviço corresponderam à dinâmica criminal em 52% dos casos, sendo 13,3 por ação armada de suspeitos. Os acidentes de trânsito responderam por 22,7%, e a dinâmica conflituosa, a 18,7% dos traumas e lesões. As circunstâncias da vitimização dos que estavam em folga foram: dinâmica criminal (33,3% dos casos, sendo 28,8% a assaltos); acidentes de trânsito (28,8%) e dinâmica conflituosa (25,5%).

Arma de fogo foi o instrumento responsável por 48,8 dos casos de vitimização dos policiais civis, seguida por ocorrências envolvendo veículos (25%) e luta corporal (13,5%). A via pública constituiu o local de 63,2% das ocorrências. Contudo, parcela considerável de casos aconteceu em residências (6,8%), nas próprias instituições policiais (6,4%), no bairro (5,6%) e em bares e similares (5,3%).

Comparação entre as duas corporações – Durante a série estudada houve crescimento da vitimização nas duas categorias estudadas, sobretudo considerando-se as lesões não fatais nos primeiros anos deste século, com relevância para 2003 e 2004. As principais causas de morte, lesões e traumas se devem a agressões e a acidentes de trânsito, o que coincide hoje com informações sobre a vitimização das populações trabalhadoras no Brasil na conjuntura atual (Minayo-Gomez, 2005). Porém, isso ocorre de forma muito mais insidiosa entre policiais civis e militares na situação do Rio de Janeiro.

Embora os servidores das duas corporações conformem uma categoria específica de trabalhadores em elevado risco para mortes e morbidade por violências e acidentes, existem diferenciações internas entre os dois grupos, o que corresponde, dentre outros motivos, ao processo de trabalho de cada um.

Merece atenção a vitimização dos agentes de segurança em suas folgas, tanto em acidentes de trânsito como por agressões. No caso dos confrontos, algumas evidências podem ser ressaltadas. Uma delas se deve ao trabalho extra, também chamado “bico”. Elevado percentual de policiais (Minayo & Souza, 2003) tem um segundo emprego na área de segurança privada (de banco, patrimonial, de grupos, de pessoas), continuando assim a usar o tempo livre com atividades de similar elevado risco. Outro motivo se deve à presença dos policiais, como cidadãos, em cenas de conflitos em bairros, em bares e em transportes quando, por via de sua função, acabam se envolvendo. Muitos, também, são vítimas de emboscadas de delinquentes. Esse último motivo leva a que seja comum o fato dos policiais esconderem seus distintivos e profissão, visando a diminuir as ameaças e ataques que lhes são impingidos. Não deve ser descartado também o fato de que, no ambiente de trabalho das corporações, esses agentes desfrutam de maior proteção grupal e desenvolvam técnicas de cuidados muito mais estruturadas e precisas.

Fica patente que, comparativamente, a Polícia Militar é a que sofre mais agressões e morte, apresentando taxas de mortalidade e de morbidade elevadíssimas. Esse privilégio negativo pode ser constatado quando tomamos, por exemplo, dados para o ano de 2000. No Brasil, a taxa de mortalidade por homicídio na população geral foi de 26,7 por 100 mil habitantes e essa taxa na população masculina foi de 49,7. Na capital do Rio de Janeiro, as taxas são mais elevadas que a média do país tanto para a população geral (49,5/100.000) como para a população masculina (97,6/100.000).

As taxas de mortalidade por agressões e acidentes de trânsito para os agentes da segurança pública (das duas categorias) são ainda mais elevadas que as da população da cidade do Rio de Janeiro. Na Polícia Militar, em 2000, a taxa de mortalidade por agressões chegou a 356,23/100.000! Na polícia civil, essa taxa, considerando-se todas as causas, no mesmo ano foi de 206,80/100.000. Portanto, comparativamente, a Polícia Militar apresenta uma mortalidade por violência 3.65 vezes maiores do que a da população masculina da cidade do Rio de Janeiro e 7.2 vezes a da população geral da cidade. Quando comparamos com o Brasil, as taxas são 7,17 vezes as da população masculina e 13.34 vezes as da população geral. O risco de morte entre Policiais Militares é também maior 1.72 do que em relação à Polícia Civil.

Quando observamos as informações sobre internações hospitalares motivadas por agressão, em 2000 elas corresponderam à taxa de 0,10 por 1.000 habitantes na população geral e a 0,34 por mil 1.000 na população masculina do país. As taxas de

lesões e traumas por agressões não-fatais foram de 9,29 para a Polícia Militar, nesse mesmo ano. Comparativamente, a taxa de morbidade hospitalar da Polícia Militar em 2000 foi 92,90 vezes maior que a da população geral da cidade do Rio de Janeiro e 27.32 vezes a da população masculina do Brasil.

Como já mencionamos, em paralelo ao crescimento da vitimização dos policiais, observamos também, a evolução das taxas de ocorrências criminais registradas no período de 2001 a 2003 no país e no Rio de Janeiro. De acordo com dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública/Senasp, no Brasil houve um crescimento de 30,7% nas taxas de ocorrência criminal, sendo de 4.952,1 em 2003. Na cidade do Rio de Janeiro o crescimento foi de 34,1%, correspondendo à 23ª taxa média do período (3.267,9). Em São Paulo o incremento foi de 20% e a taxa de 4.775,5, situando essa cidade na 20ª posição entre as capitais.

Dados da Senasp também evidenciaram leve redução de 4,3% nas taxas de homicídios dolosos entre os anos de 2001 e 2003, no país. Em São Paulo, a queda foi de 18,9% sendo a taxa de 40,0/100.000. No Rio de Janeiro, ao contrário, houve crescimento de 3,5%, embora a taxa para 2003 seja ainda um pouco menor que a de São Paulo (38,5/100 mil). No período, a taxa média do Brasil foi de 35,0/100.000, a de São Paulo foi de 44,3/100.000 (sexto colocado entre as capitais) e a do Rio de Janeiro foi de 38,8/100.000 (9ª maior taxa).

ALGUMAS CONCLUSÕES

Todas as informações quantitativas e qualitativas do estudo aqui apresentado evidenciam que os policiais militares e civis do Rio de Janeiro, além de viverem o risco com profissão são as maiores vítimas do desempenho de suas atividades. Policiais que sofreram elevado risco decorrente do trabalho são aqueles que mais vivenciaram violências do tipo: ferimento por projétil de arma de fogo ou por arma branca, agressão física, violência sexual, tentativa de suicídio e tentativa de homicídio.

Entre *policiais civis* constatamos que profissionais de nível médio enfrentaram duas vezes maior risco de violência que os que possuem nível superior. Os que optam por aproveitar o tempo de lazer fora de casa também vivenciam 2,2 mais risco de sofrer violência do que os que passam mais tempo em casa lendo, descansando ou dormindo. O que vem mostrar a urgência de se criarem meios de proteção dos policiais fora do tempo que passam na Corporação, como resume o quadro a seguir.

Tabela 9
Variáveis associadas ao risco sofrido por policiais civis

Variáveis (N = 475) Perfil		Razões Brutas	Intervalo de Confiança	Razão Ajustada	Intervalo de Confiança
ESCOLARIDADE	Até 2º Grau Incompleto	1,75	(0,59 5,18)	2,80	(0,98 8,03)
	2º Grau Comp./ Sup. Incomp	2,62	(1,64 4,18)	2,04	(1,21 3,44)
	Sup. Comp./ Pós Graduação	1,00	-	1,000	-
Lazer/ Comunidade					
LAZER DOMICILIAR	Baixa	1,26	(0,47 3,33)	1,33	(0,45 3,91)
	Média	2,30	(1,41 3,75)	2,23	(1,31 3,80)
	Alta	1,00	-	1,000	-
Condições de Trabalho					
EXERCE O TRABALHO PARA O QUAL FOI TREINADO	Não	2,65	(1,59 4,40)	2,29	(1,29 4,04)
	Sim	1,00	-	1,000	-
EXERCE OUTRA ATIVIDADE SEM DESCANSO	Sempre/muitas vezes	6,19	(2,98 12,9)	4,96	(2,24 11,0)
	Às vezes/poucas vezes	2,54	(1,14 5,66)	2,45	(1,05 5,73)
	Nunca	1,00	-	1,000	-
TRABALHO CAUSA ESTRESSE INTENSO	Freqüentemente	4,23	(2,16 8,28)	3,45	(1,60 7,43)
	As vezes	2,16	(1,09 4,29)	2,09	(0,96 4,53)
	Raramente/Nunca	1,00	-	1,000	-

Três variáveis referentes às condições de trabalho se mostraram importantes para o risco vivido pelos policiais civis: (a) *treinamento insuficiente*: os que não exercem o trabalho para o qual foram treinados passaram 2,3 vezes mais por situações de violência que os pares exercendo ações para as quais estão habilitados; (b) *dupla jornada*: entre os que sempre ou muitas vezes exercem outras atividades fora da corporação sem descanso, o *risco sofrido* é cinco vezes maior do que os que não trabalham no “bico”; os que exercem atividades extras de vez em quando, o risco é 2,5 vezes maior; (c) *estresse intenso*: os que sentem estresse intenso no trabalho sofrem mais riscos que os que não se estressam. Esse risco é 3,4 vezes maior para os freqüentemente estressados.

Entre os *policiais militares*, ressaltamos os principais fatores de risco de sofrer violências: (a) *tempo de serviço*: policiais com menos tempo de serviço, (até 10) anos sofreram 2,4 mais riscos no trabalho policial do que os mais antigos; (b) *deficiências auditivas e nevralgias*: policiais com deficiências auditivas (3 vezes mais) e nevralgias (4,1 vezes mais) relataram ter vivenciado mais riscos que os que não apresentam estes problemas de saúde, indicando sofrimento físico associado a sofrimento mental, tendo como causa principal, a vivência de situações de violência. (c) *condições de trabalho*: exercer outra atividade laboral além do desempenho profissional na polícia militar sem intervalo de descanso também se mostrou associado a vivenciar mais riscos decorrentes do trabalho policial. Tanto os *civis* como os *militares* que têm outra atividade permanente, vivenciam 5 vezes mais riscos de sofrer violência; e para os que têm outra atividade esporadicamente esse risco é duas vezes maior do que para os que apenas cumprem sua profissão como policial.

Tabela 10
Variáveis associadas ao Risco sofrido por policiais militares

Variáveis (N = 853)		Razões brutas	Intervalo de confiança		Razões ajustadas	Intervalo de confiança	
PERFIL							
Tempo de serviço	Até 10 anos	2,22	1,17	4,25	2,44	1,18	5,01
	De 11 a 20 anos	1,54	0,72	3,31	1,73	0,78	3,86
	21 anos ou mais	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
SAÚDE							
Deficiência auditiva	Sim	3,29	1,85	5,87	2,98	1,61	5,52
	Não	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Nevralgias/Neurites	Sim	5,13	2,56	10,27	4,11	1,97	8,60
	Não	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
CONDIÇÕES DE TRABALHO							
Exerce outra atividade sem descanso	Sempre/muitas vezes	5,24	2,84	9,66	4,98	2,61	9,51
	Às vezes/poucas vezes	2,51	1,34	4,71	2,30	1,20	4,42
	Nunca	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Como podemos constatar, diferentes variáveis se encontram associadas à vivência de risco nas duas corporações, destacando-se as condições de trabalho, em especial, o exercício de outras atividades sem descanso, indicando sua importância para se pensar em formas de atuar na prevenção aos riscos sofridos pelas corporações policiais do Rio de Janeiro.

Do ponto de vista do processo e da organização do trabalho observamos alguns fatores que predisõem à vitimização: a excessiva rotatividade dos policiais nos seus postos de ocupação dificulta o conhecimento dos problemas e a responsabilização pelos atos. A falta de instâncias coletivas de reflexão e avaliação do trabalho dificulta a superação das falhas e dos problemas que acabam sendo tratados apenas nos escalões hierárquicos superiores. O imediatismo, as condições materiais muito precárias de trabalho, as cargas horárias excessivas, o número insuficiente de profissionais, os salários inadequados ao risco e à importância da missão, são elementos que contribuem para a baixa produtividade. O fato de que mais metade da corporação tenha dupla vinculação de ocupação constitui um sério problema para a saúde, para o desempenho profissional e para a produtividade das Corporações.

Do ponto de vista gerencial a pesquisa permite constatar que a falta de perspectiva global do processo de trabalho das duas Corporações conduz a uma atitude imediatista, reativa, e excessivamente focada nos aspectos operativos, provocando grande sofrimento mental aos policiais.

É pela via da capacitação e do treinamento (formação denominada pelos operacionais como “*adestramento*”), que os policiais se preparam para as missões arriscadas. Essa idéia é ressaltada no *slogan* escrito no *site* de uma das unidades: “*ver os olhos do inimigo é importante, porém devemos estar preparados para fazê-los se fecharem*”. Frases como esta são colocadas na preparação tática desses servidores, mas não recebem uma contrapartida de acompanhamento psicológico. Talvez por isso, tenha sido um dos pontos relevantes das falas dos policiais operacionais das

duas Corporações o clamor por instâncias de apoio ao enfrentamento dos eventos traumáticos. Observamos a insistência dessa demanda, ainda que, no caso da polícia militar existam nos batalhões oficiais psicólogos. No entanto, seus serviços são muito pouco procurados, possivelmente porque os policiais enxerguem neles mais uma instância hierárquica do que um serviço de apoio. Isso se pode depreender dos depoimentos de alguns em que fica clara a discriminação negativa em relação aos colegas que procuram os psicólogos, como se eles estivessem baixando a guarda e admitindo que estariam ficando loucos. Um dos gestores administrativos afirma em sua entrevista, de forma crítica, que a formação voltada para valores humanos e que leve em conta questões emocionais dos policiais não é “*prioridade da instituição*”.

Os efeitos psicológicos reativos que resultam do temor do risco potencial e vivido são múltiplos: negação: “*não podemos pensar que ele existe*”; naturalização: “*faz parte do nosso dia a dia*”, “*a gente se acostuma com essa realidade*”; escárnio: “*eles riem do risco, é como se fosse uma brincadeira, brincam com a realidade como se estivessem em uma ficção*” (gestor operacional) e enfrentamento: “*é no próprio combate que a gente resolve o medo*”. Um dos profissionais, nas discussões de um grupo focal para operacionais apontou ainda duas estratégias que utilizam para amenizar os efeitos do risco: “*ou a cachaça ou a religião*”. Em momento anterior já nos referimos às elevadas proporções de policiais militares e civis que fumam e bebem, certamente dentre outros motivos, por razões associadas ao estresse no trabalho. O apego à religião, como uma maneira de se sentirem mais protegidos, também foi mencionado por vários policiais de ambas as categorias.

Estudando trabalhadores em geral Dejours (1999) também encontrou, dentre as estratégias utilizadas pelos que exercem atividades de elevado risco, a negação do perigo, o escárnio do medo, a supervalorização da virilidade e o consumo de substâncias.

Em relação ao enfrentamento, Le Breton (1995) aponta a atitude “*contrafóbica*”, que leva o ser humano em situações de risco a encará-lo ao invés de fugir ou evitar. Desta maneira, o indivíduo luta contra a angústia, atirando-se em sua direção e colocando-se corpo a corpo com o desafio. Uma vez enfrentado, o medo se dissipa e cria a sensação de domínio sobre ele.

É preciso ressaltar também que o risco vivenciado pelos policiais não tem apenas uma conotação negativa. Ao contrário, a escolha profissional que corresponde ao sentido relacionado à aventura e ousadia, como já discutido por vários autores (Spink, 2002; Le Breton, 1991; Muniz, 1999, dentre outros) surgiu no discurso dos profissionais da Polícia Civil e da Polícia Militar, na fala dos cabos e soldados, nas unidades operacionais e no grupo operacional especial. A adrenalina produzida pelo inusitado, segundo eles, “*vicia*” e os motiva para ação. Muniz (1999) em seu estudo “*Ser Policial é, sobretudo, uma razão de ser*”, já havia apontado para a exaltação da jovialidade na polícia e dos atributos típicos da juventude que escolhe essa profissão, dando vazão ao sentido de aventura dessa fase da vida: “*o espírito aventureiro, o dinamismo, a canalização das energias pelas ações, o encantamento da superioridade e a disponibilidade para enfrentar os perigos e riscos*”, fazem parte do “*ethos*” do trabalho operacional. Esses atributos são usados também na construção de estratégias para minimizar os perigos reais e próximos, no momento das operações.

Bittner (2003) quando discute a virilidade e o potencial de aventura que o risco proporciona, conclui:

O que se requeria dos recrutas eram as virtudes másculas da honestidade, lealdade, agressividade, e a coragem visceral. Como compensação, os policiais recebiam a nobreza do serviço, a oportunidade de contribuir para o melhoramento da vida, e por fim, mas não menos importante, a promessa de aventura (2003,16)

Por sua vez as Instituições Policiais buscam exaltar o heroísmo da missão. Os profissionais, por viverem e afrontarem o risco, vêem-se e são vistos pelas Corporações como pessoas que possuem “algo mais” do que seres comuns da sociedade: “*Tem algo neles que os faz ir de encontro ao perigo*” é a opinião de um gestor. “*No fundo no fundo, a gente quer ir para a rua combater*” diz um soldado que faz parte de um grupo operacional. “*Enfrentar o risco é uma questão de instinto*”, diz outro soldado, naturalizando seus atributos e acrescentando, estimulado pela energia que o grupo lhe transmite: “*O comandante fala que nós, deste Batalhão, temos um “gen” a mais*”,

Num estudo sobre a Polícia Militar de Porto Alegre, Amador (2002) também fala dos “*superpoderes*” que a instituição policial acaba incutindo em seus homens, criando assim uma espécie de estratégia defensiva. Essa autora utiliza, em contraposição, o termo “*Ironia do Medo*” para falar da exclusão do policial que, por ventura, manifeste temor do enfrentamento. Nesse caso, a vítima do medo precisa se calar para não contaminar todo o grupo, guardando para si o sofrimento psíquico que do silêncio e do sentimento reprimido lhe advém: “*a palavra e o sentimento são interditados*” (Amador, 2002, 98).

A impossibilidade de expressão do medo no exercício do trabalho policial parece, por um lado, relacionar-se à prescrição para a coragem no âmbito da organização prescrita do trabalho policial. E, por outro lado, à possível existência de um código de regras, criado pelo grupo de trabalho, pressupondo o banimento do medo, código ao qual todos devem subordinar-se (Amador, 2002: 98)

No sentido tratado acima, poderíamos inferir que os policiais, sobretudo os operacionais civis e militares, vivenciam um conflito entre o enfrentamento desejado pela instituição que ressalta os atributos e as marcas da masculinidade e os sentimentos de medo da morte, justificados pelas situações de risco reais e imaginárias a que estão submetidos.

Por fim, é urgente que nos comovamos com as absurdas taxas de morte dos policiais, ressaltando que não existe fatalidade nessa imensa perda de vidas que tanto afeta as famílias e a sociedade como um tudo. Sobre isso, primeiramente devemos sublinhar que há uma oscilação na série histórica de vitimização, indicando que determinados tipos de políticas e estratégicas são mais ou menos letais.

Em segundo lugar, temos exemplos de países em que a taxa de morte de policiais foi se reduzindo historicamente. Por exemplo, comparamos a situação brasileira com informações sobre a polícia americana, geralmente lembrada por sua truculência e arrojo. Dados dos Estados Unidos mostram que, de 1993 a 1995, apenas 4,9% dos policiais que sofreram acidentes ou traumas foram atingidos por arma de fogo. Na maioria dos casos de vitimização (81,5%), houve apenas confronto corporal. A taxa norte-americana de mortalidade de policiais em serviço passou de 4,70/10 mil para 2,9/10 mil, entre os anos de 1980 a 1994 (Muniz & Soares, 1998).

Enfim, um dos grandes desafios do Brasil e do Rio de Janeiro em particular é criar um ambiente e uma cultura de segurança pública e cidadã, o que certamente tem a ver com a questão social e com o processo de democratização e “cidadanização” da maioria dos brasileiros. Isso inclui também formas, instrumentos e tecnologias menos agressivos de controle da violência, da criminalidade e do clima de acirramento social. Desta maneira, o exercício da segurança pública se encontrará com os princípios da segurança humana. Deixará de transformar-se numa profecia de morte dos policiais, servidores que têm a obrigação constitucional de manter a ordem e coibir o crime e não o destino ou a fatalidade de viver e morrer vítimas da insegurança social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, S; PERALVA, A. Nota de apresentação. *Tempo Social: Revista de Sociologia – USP*, v.9, n.1, p.1-4, 1997.
- AMADOR, FS. *Violência policial: verso e reverso do sofrimento*. Instituto de Santa Cruz do Sul: Editora EDUNISC, 2002.
- AMADOR, FS. *Violência policial: verso e reverso do sofrimento*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
- BARROS, AJ; HIRAKATA, VN. Alternatives for logistic regression in cross-sectional studies: an empirical comparison of models that directly estimate the prevalence ratio. *BMC Med Res Methodol*, v.3, n.21, p.11-16, 2003.
- BERNSTEIN, PL. *Desafio dos deuses: a fascinante história do risco*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- BITTNER, E. *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- BOTTARI, E. Mortes de PMs batem novo recorde em janeiro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1 fev. 2005b. Rio, p.17.
- BOTTARI, E. Quando os PMs são caçados. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 jan. 2005a, p. 10.
- BRETAS, ML. Observações sobre a falência dos modelos policiais. *Tempo Social: Revista de Sociologia – USP*, v.9, n.1, p.79-94, 1997a.
- BRETAS, ML. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997b.
- BURKE, P. *Violência social e civilização*. Braudel Papers, n.12. p.1-8, 1995.
- CARDIA, N. O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos. *Tempo Social: Revista de Sociologia – USP*, v.9, n.1, p.249-265, 1997.
- CARLINI-COTRIM, B *et al.* O uso de drogas psicotrópicas por estudantes de primeiro e segundo grau da rede estadual, em dez capitais brasileiras, 1987. In: Consumo de drogas psicotrópicas no Brasil, em 1987. [S.l.]: Centro de Documentação do Ministério da Saúde. 1989. p.9-84. (Série C: Estudos e Projetos, 5).
- CASTIEL, LD. *A medida do possível: saúde, risco e tecnobiociências*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.
- CERQUEIRA, CMN. *Discursos sediciosos: crime, direito, sociedade*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

- CERQUEIRA, CMN. *O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia/Fundação Ford/Editora Freitas Bastos, 2001.
- CERQUEIRA, CMN. A polícia em uma sociedade democrática. In: *Polícia, violência e direitos humanos*. [S.l.]: CEDOP, 1994. (Série Cadernos de Polícia, 20)
- CHESNAIS, JC. *Histoire de la violence en Occident de 1800 à nos jours*. Paris: Robert Laffont Éditeur, 1981.
- CHOR, D *et al.* Medidas de rede e apoio social no Estudo Pró-Saúde: pré-testes e estudo piloto. *Cad Saúde Pública*, v.17, n.4, p.887-896, 2001.
- COCHRAN, WG. *Técnicas de amostragem*. Lisboa: Fundo de Cultura, 1965.
- CONSTANTINO, P. *Riscos Percebidos e Vividos por Policiais Civis – Estudo Comparativo nos Municípios de Campos dos Goytacazes e do Rio de Janeiro*. [Tese de doutorado]. Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006.
- COSTA, ATM. *Entre a lei e a ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- DEJOURS, C. *A Banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E. *Psicodinâmica do trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.
- DONNICCI, VL. *A criminalidade no Brasil: meio milênio de repressão*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.
- DONNICCI, VL. *Polícia, guardião da sociedade ou parceira do crime: um estudo de Criminologia*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
- EPIDATA ASSOCIATION. *EpiDataanalysis*. Version 3.1. (26 nov 2004). Disponível em: < <http://www.epidata.dk> >
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2002.
- GOMES, R; MINAYO, MCS; SILVA, CFR. Riscos da profissão. In: MINAYO, MCS & SOUZA, ER (Orgs). *Missão Investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p.207-226.
- GOMES, R; SOUZA, ER; MINAYO, MCS. Imagem do policial civil: um jogo de espelhos. In: MINAYO, MCS & SOUZA, ER (Org.). *Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 163-185.
- GRIEP, RH *et al.* Apoio social: confiabilidade teste-reteste de escala no Estudo Pró-Saúde. *Cad Saúde Pública*, v.19, n.2, p.625-634, 2003a.
- GRIEP RH *et al.* Confiabilidade teste-reteste de aspectos da rede social no Estudo Pró-Saúde. *Rev Saúde Pública*, v.37, n.3, p. 379-385, 2003b.
- GRIEP, RH *et al.* Validade de constructo de escala de apoio social do *Medical Outcomes Study* adaptada para o português no Estudo Pró-Saúde. *Cad Saúde Pública*, v.21, n. 3, p. 703-714, 2005.
- HARDING, TW *et al.* Mental disorders in primary health care: a study of their frequency and diagnosis in four developing countries. *Psychological Medicine*, v.10, n.2, p.231-241, 1980.
- HOLLOWAY, TH. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1997.

- KAHN, T. Índices de criminalidade: construção e uso na área de segurança pública. *Revista Ilanud*, v.2, p.21-28, 1997.
- LE BRETON, D. *Passions du risque*. Paris: Métailié, 1995.
- LEMGRUBER, J. Violência, omissão e insegurança pública: o pão nosso de cada dia. In: *Encontro Anual de Acadêmicos da Academia Brasileira de Ciências*, 2004, [S.l.]. Trabalhos apresentados...[S.l.]: Academia Brasileira de Ciências, 2004.
- LIMA, C. *Estresse policial*. São Paulo: AVM Editora, 2002.
- LIMA, MB; LIMA, H. *A história da polícia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: A Noite, 1942.
- LIMA, RK. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- MELO, HP et al. *O setor serviços no Brasil: uma visão global – 1985/95*. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. (Texto para discussão, 549)
- MINAYO, MCS. *O Desafio do Conhecimento*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MINAYO, MCS; CRUZ NETO, O. Triangulação de métodos em la evaluziócn de programas y servicios de salud. In: BROFMAN, M; CASTRO, R. (Orgs.). *Salud, Cambio y Políticas*. Ciudad de México: Edamex, p.65-80, 1999.
- MINAYO, MCS; SOUZA, ER (Orgs.). *Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- MINAYO, MCS; SOUZA, ER (Orgs.). *Estudo comparativo sobre riscos profissionais, segurança e saúde ocupacional dos policiais civis e militares do Estado do Rio de Janeiro*. Relatório de Pesquisa. Claves/Senasp, 2005. 240 pp.
- MINAYO-GOMEZ, C. Violência no trabalho. In: SOUZA, ER; MINAYO, MCS (Orgs.). *O impacto da violência sobre a saúde dos brasileiros*. Brasília: Ministério da Saúde, p.241-277, 2005.
- MINAYO-GOMEZ, C; THEDIM-COSTA, SMF. A construção do campo da saúde do trabalhador. *Cad Saúde Pública*, v.13, n.2, p.21-32, 1997.
- MINAYO-GOMEZ; LACAZ FAC. Saúde do trabalhador: novas e velhas questões. *Ciência Saúde Coletiva*, 10(4); 797-808, 2005.
- MUNIZ, J. *Ser policial é ser sobretudo uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 1999.
- MUNIZ, J; SOARES, BM. *Mapeamento da vitimização de policiais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER/UNESCO/Ministério da Justiça, 1998. Relatório de Pesquisa.
- RIO DE JANEIRO (Estado). Polícia Militar. *Decreto n° 6.57/1983*. Dispõe sobre o regulamento disciplinar.
- RIO DE JANEIRO (Estado). Polícia Militar. *Portal Institucional*. Disponível em: < <http://www.policiamilitar.gov.rj.br>. > Acesso em: out. 2005.
- SANTOS, JVT. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. *Tempo Social: Revista de Sociologia – USP*, v. 9, n.1, p.155-167, 1997.
- SENASP. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Disponível em: < <http://www.mj.gov.br/senasp/mapa> > . Acesso em: 3 mar. 2005.
- SIEGEL, S. *Nonparametric statistics: for the behavioral sciences*. New York: McGraw-Hill, 1956.
- SILVA, NN. *Amostragem probabilística*. São Paulo: EDUSP, 1998.

- SILVA, P. *Vocabulário Jurídico*. Rio de Janeiro: Forense, 1998.
- SOARES, LE. *Meu casaco de general: quinhentos dias no front da segurança pública no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SOARES, LE. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ISER, 1996.
- SOUZA, ER; MINAYO, MCS. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.10, n.4, p.917-928, 2005.
- SPINK, MJP. Perigo, probabilidade e oportunidade: a linguagem dos riscos na mídia. *Psicologia: Reflexão e crítica*, v.15, n.1, p.151-164, 2002.
- SPINK, MJP. Trópicos do discurso sobre risco: risco aventura como metáfora na modernidade tradia. *Cad Saúde Pública*, v.17, n.6, p.1277-1311, 2001.
- SPSS. Statistical Package Social Sciences for Windows. Release 10.0.1. (27 out 1999). CD-ROM.
- VASCONCELLOS, F; GOULART, G. O balanço da violência. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 jan. 2005. Rio, p.14.
- WEITZER, R. Incidents of police misconduct and public opinion. *Journal of Criminal Justice*, n.30, p. 397-408, 2002.

Página de Créditos

Este trabalho constitui parte de uma pesquisa maior denominada *Estudo comparativo sobre riscos profissionais, segurança e saúde ocupacional dos policiais civis e militares do Estado do Rio de Janeiro*, realizada pelo Claves/Fiocruz e financiada pelo SENASP e concluída em dezembro de 2005, da qual participaram os seguintes coordenadores e pesquisadores:

Coordenação

Maria Cecília de Souza Minayo e Edinilsa Ramos de Souza (coordenadoras)
Patrícia Constantino (coordenadora do trabalho de campo)

Equipe de pesquisa

Simone Gonçalves de Assis, Raimunda Matilde do Nascimento Mangas, Miriam Schenker, Maria de Lourdes Tavares Cavalcante, Francisco Adolpho da Cunha Barros, Flávio Augusto Pinto Correa, Júlio César Vasconcelos da Silva, Cleber Nascimento do Carmo, Thiago de Oliveira Pires, Bruna Soares Chaves, Vanessa dos Reis de Souza, Raquel Vasconcellos Carvalhaes de Oliveira e Nilton C. dos Santos

Técnico de Informática:
Marcelo da Cunha Pereira

Apoio Administrativo:
Marcelo da Silva Motta e Jerônimo Rufino dos Santos Junior